

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de **serviços de manutenção predial**, preventiva e corretiva, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de material, bem como serviços eventuais sob demanda, visando atender às necessidades do HOSPITAL DOS SERVIDORES DO ESTADO - HSE, nos termos da legislação vigente e do Documento de Formalização da Demanda presente nos autos, conforme as condições, especificações, quantidades e exigências contidas no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

1.1.1. Os serviços terão os seguintes códigos e-Fisco e CATSER:

LOTE	CÓDIGO E-FISCO	CÓDIGO CATSER	OBJETO
ÚNICO	514102 - 8	1619	Serviços de manutenção predial, preventiva e corretiva, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de material, bem como serviços eventuais sob demanda.

1.1.2. As especificações, quantitativos e valores do objeto desta licitação estão divididos por lotes e descritos conforme quadros abaixo:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.
	1	Serviços de manutenção predial preventiva e corretiva com dedicação exclusiva de mão de obra	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR - MENSALISTA - COM ENCARGOS SOCIAIS E COMPLEMENTARES, COM ADICIONAL DE INSALUBRILIDADE - DIURNO (Segunda-feira a Sexta-Feira)	Mês	1

ÚNICO			ENCARREGADO GERAL - MENSALISTA - COM ENCARGOS SOCIAIS E COMPLEMENTARES, COM ADICIONAL DE INSALUBRILIDADE - DIURNO (Segunda-feira a Sexta-Feira)	Mês	<b>1</b>
	2	Serviços de manutenção predial preventiva e corretiva com dedicação exclusiva de mão de obra	ELETRICISTA - MENSALISTA - COM ENCARGOS SOCIAIS E COMPLEMENTARES - 12x36 DIURNO, COM ADICIONAL DE PERICULOSIDADE (Segunda-feira a Domingo)	Equipe/Mês	<b>4</b>
			ELETRICISTA - MENSALISTA - COM ENCARGOS SOCIAIS E COMPLEMENTARES - 12x36 NOTURNO, COM ADICIONAL DE PERICULOSIDADE (Segunda-feira a Domingo)	Equipe/Mês	<b>2</b>
			ENCANADOR - MENSALISTA - COM ENCARGOS SOCIAIS E COMPLEMENTARES - 12x36 DIURNO, COM ADICIONAL DE INSALUBRILIDADE (Segunda-feira a Domingo)	Equipe/Mês	<b>4</b>
			ENCANADOR - MENSALISTA - COM ENCARGOS SOCIAIS E COMPLEMENTARES - 12x36 NOTURNO, COM ADICIONAL DE INSALUBRILIDADE (Segunda-feira a Domingo)	Equipe/Mês	<b>2</b>
			PEDREIRO - MENSALISTA - COM ENCARGOS SOCIAIS E COMPLEMENTARES - DIURNO, COM ADICIONAL DE INSALUBRILIDADE (Segunda-feira a Sexta-Feira)	Equipe/Mês	<b>5</b>
			PINTOR - MENSALISTA - COM ENCARGOS SOCIAIS E COMPLEMENTARES - DIURNO, COM ADICIONAL DE INSALUBRILIDADE (Segunda-feira a Sexta-Feira)	Equipe/Mês	<b>4</b>
			MARCENEIRO - MENSALISTA - COM ENCARGOS SOCIAIS E COMPLEMENTARES - DIURNO, COM ADICIONAL DE INSALUBRILIDADE (Segunda-feira a Sexta-Feira)	Equipe/Mês	<b>2</b>

			SERRALHEIRO - MENSALISTA - COM ENCARGOS SOCIAIS E COMPLEMENTARES - DIURNO, COM ADICIONAL DE INSALUBRIDADE (Segunda-feira a Sexta-Feira)	Equipe/Mês	<b>2</b>
			AJUDANTE DE ELETRICISTA/ENCANADOR - MENSALISTA - COM ENCARGOS SOCIAIS E COMPLEMENTARES - 12x36 DIURNO, COM ADICIONAL DE PERICULOSIDADE (Segunda-feira a Domingo)	Equipe/Mês	<b>4</b>
			AJUDANTE GERAL - MENSALISTA - COM ENCARGOS SOCIAIS E COMPLEMENTARES - DIURNO, COM ADICIONAL DE INSALUBRIDADE (Segunda-feira a Sexta-Feira)	Equipe/Mês	<b>7</b>
	3	Fornecimento de materiais sob demanda para uso pela mão de obra de dedicação exclusiva	Conforme descrito no Item 14.1.2.2. do TR	Atender a Tabela de Insumos (Apêndice H do ETP)	
	4	Serviços eventuais de manutenção predial preventiva e corretiva por demanda	Conforme descrito no Item 14.1.2.3. do TR	Atender a Tabela de Serviços (Apêndice K do ETP)	

- 1.1.3. Os serviços objeto deste Termo de Referência são classificados como serviços comuns de engenharia conforme Art. 6º, inciso XXI serviços de engenharia, alínea “a” da Lei nº 14.133/21.
- 1.1.4. Estão descritos neste Termo de Referência as condições, especificações e normas exigidas pelo Hospital dos Servidores do Estado - HSE para execução dos serviços constantes neste instrumento; quando houver dúvidas quanto às especificações, prevalecerão as constantes na planilha orçamentária e nas tabelas oficiais de referência até que sejam feitos os ajustes necessários com autorização da Diretoria Geral de Administração do HSE.
- 1.1.5 Ficam estabelecidos, neste documento, os prazos máximos a serem obedecidos no desenvolvimento dos serviços.

## 2. DAS JUSTIFICATIVAS

### 2.1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1.1. Justifica-se a contratação dos serviços descritos no **item 1** deste Termo de Referência, pela necessidade dos serviços de manutenção predial, preventiva e corretiva, nos sistemas, componentes e elementos de vedação, revestimentos, pisos, acabamentos, cobertas, instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias, mecânicas e de combate e prevenção a incêndios, nos sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA), bem como na reconstituição das partes civis afetadas que atendam às necessidades do HSE.
- 2.1.2 Sob esse prisma, a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de

manutenção predial (corretiva e preventiva) tem por objetivo preservar o desempenho, funcionalidades e as características ideais de operação do HSE, assegurando, assim, a continuidade da execução das atividades hospitalares.

2.1.3. Faz-se necessária a manutenção predial civil a fim de resguardar, zelar e manter o desempenho e a vida útil dos sistemas prediais instalados, utilizando-se de equipes compostas de profissionais qualificados, tendo em vista que, a ausência de manutenção sistemática e periódica afeta negativamente no funcionamento e na durabilidade das edificações, além de comprometer a segurança, o bem-estar e a saúde dos usuários.

2.1.4. Devido à importância destes serviços e no intuito de sempre melhor atender aos pedidos de manutenção que surgem no âmbito do HSE, faz-se necessária a contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e instalações prediais, uma vez que não se dispõe de recursos materiais e humanos no Quadro de Pessoal do IASSEPE/HSE para realização dessa atividade.

2.1.5. Diante do exposto e considerando as atuais demandas, o Hospital dos Servidores do Estado - HSE, de acordo com as especificações, prazos e quantidades constantes neste Termo de Referência, objetiva a contratação descrita acima a fim de se preservar a estabilidade estrutural, desempenho e funcionalidade bem como a ampliação da vida útil das edificações públicas, o que impacta diretamente na segurança e salubridade de seus usuários.

## 2.2. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

2.2.1. O quantitativo previsto no presente Termo de Referência se encontra pormenorizado no **item 7** do Estudo Técnico Preliminar Anexo A deste Termo de Referência.

## 2.3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

2.3.1. A justificativa da escolha da solução a ser licitada se encontra pormenorizada nos **itens 6 e 9** do Estudo Técnico Preliminar Anexo A deste Termo de Referência.

## 2.4. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

2.4.1. A justificativa para o não parcelamento da contratação se encontra pormenorizada nos **item 12** do Estudo Técnico Preliminar Anexo A deste Termo de Referência.

## 2.5. JUSTIFICATIVA PARA APLICAÇÃO OU NÃO DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

2.5.1. Em regra, contratação de serviços com itens ou lotes de valores estimados iguais ou inferiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), devem ser objeto de licitações para ME e EPP (cota exclusiva), nos termos do art. 48, inciso I, da LC nº 123/2006.

2.5.2. Considerando que o lote único desta licitação apresenta valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a presente licitação não possui lote exclusivo à participação de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual.

2.5.3. Excepcionalmente, o tratamento privilegiado destinado às ME e EPP pode ser afastado, diante de particularidades do caso concreto que impeçam a aplicação dos referidos benefícios, nas hipóteses elencadas nos incisos do art. 49 da citada Lei Complementar nº 123/2006 e art. 9º do Decreto nº 45.140/2017.

2.5.4. O presente processo se enquadra no(s) inciso(s) III do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e/ou inciso II do art. 9º do Decreto nº 45.140/2017 citado(s) acima, uma vez que

se refere a prestação de serviço de bens de natureza não divisível, sendo inaplicável os referidos preceitos legais.

2.5.5. Diante do exposto acima, fica claro da impossibilidade do uso dos benefícios da LC nº 123/2006, haja vista que o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais não for vantajoso para a administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, pois se trata de prestação de serviço de bens de natureza não divisível, bem como, a contratação de mais de uma empresa geraria ingerência para o Sistema de Saúde da CONTRATANTE.

2.5.6. Nesse diapasão, o lote será destinado a livre concorrência.

## 2.6. JUSTIFICATIVA PARA A MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

2.6.1. Segundo as definições previstas no Art. 6º da Lei Federal nº 14.133 / 21:

*XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:*

*a. Serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizável em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;*

2.6.2. Segundo o Art. 29º da Lei nº 14.133/21:

*Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.*

2.6.3. O objeto desta licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia, pois se enquadra no Art 6º da Lei nº 14.133/21 considerando que o serviço de manutenção predial é padronizável e que tem como objetivo a preservação das características originais dos bens e sistemas.

2.6.4. Considerando o exposto, justifica-se a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO.

## 3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

### 3.1. DA PREVISÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

3.1.1. A participação de empresas em consórcio é permitida, conforme o Art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

### 3.2. JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO

3.2.1. Não será permitida a subcontratação de qualquer parcela do objeto da presente licitação,

uma vez que foi garantida a participação sob forma de consórcio e constatado que a execução do objeto pretendido no certame pode ser prestada na sua integralidade por empresa do ramo, sem que se demande especializações distintas, concentração de mercado ou racionalização de atividades que inviabilizam tal execução. Ademais, neste caso, a subcontratação não se mostra vantajosa técnica e economicamente para a Administração Pública

### 3.3. DA PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS EM COOPERATIVA NA LICITAÇÃO

3.3.1. É vedada a participação de profissionais organizados em cooperativas na presente licitação, uma vez que, pela natureza do serviço e modo de execução, é necessário subordinação jurídica, bem como pessoalidade e habitualidade, critérios impeditivos da participação de profissionais organizados em cooperativa, conforme Súmula nº 281, TCU.

### 3.4. DA PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO

3.4.1. É vedada a participação de pessoas físicas na presente licitação, uma vez que a contratação exigirá capital social ou patrimônio líquido bem como estrutura empresarial considerável, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatível com a natureza profissional da pessoa física.

## 4. DAS DEFINIÇÕES DA LICITAÇÃO e CONTRATAÇÃO

- 4.1. A modalidade de licitação empregada será PREGÃO ELETRÔNICO. O critério de julgamento deste PREGÃO será o de MENOR PREÇO.
- 4.2. O regime de execução será de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.
- 4.3. O modo de disputa a ser utilizado é o ABERTO.
- 4.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, inclusive os intermediários, a serem ofertados pelo licitante, deverá ser de **R\$ 1.008,00 (Um mil e oito reais)**.
- 4.5. A combinação dos parâmetros modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa descritos neste Termo de Referência se mostram adequadas e eficientes para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que promovem um ambiente competitivo que estimula a participação de diversos licitantes, fomentando a concorrência e, conseqüentemente, resultando em preços mais competitivos.
- 4.6. Sem prejuízo das exigências constantes no presente instrumento, deverão ser observadas as disposições constantes no edital da licitação.

## 5. DO VALOR ESTIMADO

5.1. O valor estimado mensal para a contratação é de **R\$ 839.599,46** (oitocentos e trinta e nove mil quinhentos e noventa e nove reais e quarenta e seis centavos) , perfazendo o valor estimado anual de **R\$ 10.075.193,56** (dez milhões setenta e cinco mil cento e noventa e três reais e cinquenta e seis centavos).

5.1.1. Dos Custos Administrativos, Despesas Indiretas e Lucro utilizados na determinação dos valores estimados totais de referência:

<b>MÃO DE OBRA DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA</b>	
<b>CUSTOS ADMINISTRATIVOS</b>	<b>LUCRO</b>

ITEM	DISCRIMINAÇÃO		%		ITEM	DISCRIMINAÇÃO		%
DAO	Despesas administrativas / Operacionais		2,50%		L	Lucro Bruto		3,10%
VALOR CALCULADO					VALOR CALCULADO			
TOTAL DE CUSTOS ADMINISTRATIVOS			2,50%	TOTAL DE LUCRO			3,10%	
REFERÊNCIAS: Percentuais usualmente utilizados nos processos licitatórios de terceirização de mão de obra da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco								
SERVIÇOS EVENTUAIS								
CUSTOS ADMINISTRATIVOS					LUCRO			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO		%		ITEM	DISCRIMINAÇÃO		%
AC	Administração		4,00%		L	Lucro Bruto		7,40%
R	Central Riscos		1,27%					
SG	Seguros e garantias		0,80%					
DF	Despesas Financeiras		1,23%					
VALOR CALCULADO				VALOR CALCULADO				
TOTAL DE CUSTOS ADMINISTRATIVOS			7,30%		TOTAL DO LUCRO		7,40%	
REFERÊNCIAS: Valores médios estabelecidos no Acórdão nº2.622/2013 TCU Plenário (que não considera a incidência da CPRB)								

<b>MERO FORNECIMENTO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS</b>								
CUSTOS ADMINISTRATIVOS					LUCRO			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO		%		ITEM	DISCRIMINAÇÃO		%
AC	Administração Central		1,50%		L	Lucro Bruto		3,50%
R	Riscos		0,56%					
SG	Seguros e garantias		0,30%					

DF	Despesas Financeiras	0,85%			
VALOR CALCULADO			VALOR CALCULADO		
TOTAL DE CUSTOS ADMINISTRATIVOS		3,21%		TOTAL DO LUCRO	3,50%
REFERÊNCIAS: Valores mínimos estabelecidos no Acórdão nº2.622/2013 TCU Plenário para itens de mero fornecimento de materiais e equipamentos					

5.1.2. Dos Tributos utilizados na determinação dos valores estimados totais de referência:

TRIBUTOS - MÃO DE OBRA DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - POSTOS e APOIO TÉCNICO			
Desonerado - Recife			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	%	
I		12,25	
	PIS	0,65	
	COFINS	3,00	
	ISS	5,00	
	CPRB	3,60	

**NOTA:**

1. ISS do município de Recife com percentual de 5%, regido pela LEI nº 15.563, de 27 de dezembro de 1991. (Atualizada pela Lei nº 18.791/2021, Lei nº 18.276/2016 – Contencioso Tributário do Município de Recife).
2. CPRB – Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta DE 3,60% pois considerou-se mão de obra com encargos sociais DESONERADOS.

TRIBUTOS - SERVIÇOS EVENTUAIS		
Desonerado - Recife		
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	%
I		10,75
	PIS	0,65
	COFINS	3,00
	ISS	3,50
	CPRB	3,60

**NOTA:**

1. ISS do município de Recife com percentual de 3,5%, regido pela LEI nº 15.563, de 27 de dezembro de 1991. (Atualizada pela Lei nº 18.791/2021, Lei nº 18.276/2016 – Contencioso Tributário do Município de Recife).
2. CPRB – Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta DE 3,60% pois considerou-se mão de obra com encargos sociais DESONERADOS.



**TRIBUTOS - FORNECIMENTO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS**

Desonerado - Recife		
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	%
I		7,25
	PIS	0,65
	COFINS	3,00
	CPRB	3,60

**NOTA:**

1. CPRB – Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta DE 3,60% pois considerou-se mão de obra com encargos sociais DESONERADOS.

- 5.1.3. No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem.
- 5.1.4. Os preços finais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário mensal e total anual estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.
- 5.1.5. Na proposta para os itens 11 e 12 (“fornecimento de insumos” e “serviços eventuais”), ambos sob demanda, deverá ser aplicado o desconto obrigatório, o qual deverá ser maior que 0 (zero), conforme dispõe **item 7** deste termo de referência.

**6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 6.1. As despesas decorrentes desta licitação serão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

**Fonte:**

**Unidade Orçamentária:**

**Unidade Geradora:**

**Programa:**

**Ação:**

**Elemento de Despesa:**

**Ficha Financeira:**

**7. DA PROPOSTA DE PREÇOS****7.1. PROPOSTA INICIAL**

- 7.1.1. A proposta inicial deverá especificar o preço global, com a inclusão do Desconto obrigatório, sendo esse maior que 0 (zero), Custos Administrativos, Custos indiretos, Lucro e Tributos, com apenas 2 (duas) casas decimais após a vírgula, e será enviada por meio eletrônico no sistema informatizado de licitações, no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no presente Termo de Referência.

**7.2. PROPOSTA FINAL**

- 7.2.1. A PROPOSTA DE PREÇO ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE deverá ser formulada de acordo

com o valor final da disputa, assinada pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado), conforme Modelos estabelecidos no **Anexo B** e **Anexo C** deste Termo de referência devidamente preenchida para fins de exame de aceitabilidade do preço.

7.2.2. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, contados da data de abertura da sessão pública a ser estabelecida no preâmbulo do Edital, independente de declaração da licitante.

7.2.3. Deverão estar computadas, nos preços unitários e nas despesas indiretas, todas as despesas de transportes de materiais, carga e descarga, despesas de execução, fornecimento e aplicação ou instalação de materiais e equipamentos, mão-de-obra especializada, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, limpeza da área do canteiro de obras ou outros equipamentos necessários, bem como impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da presente licitação bem como as despesas de perdas.

7.2.4. As despesas de Contrato, Seguros, Leis Sociais, ISS, e outras que incidirem sobre os serviços e seu pessoal, serão de inteira responsabilidade da Licitante Vencedora.

7.2.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial e final, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.2.6. A licitante deverá utilizar o arquivo disponibilizado em formato editável para elaboração da sua proposta (**Anexo C**).

7.2.7. A proposta final deverá conter:

7.2.7.1. Planilha de referência com a especificação dos quantitativos e custos unitários, bem como os preços totais, com a **incidência obrigatória do Desconto** sendo este maior que zero (para os itens de fornecimento de insumos e serviços eventuais ambos sob demanda), Custo administrativo, Custos indiretos, Lucro e Tributos, conforme descrito no Modelo editável de Planilha de determinação de preços planilha **Anexo C**, observando as seguintes diretrizes:

7.2.7.1.1. Na elaboração da sua proposta, a licitante deverá utilizar como referência os valores apresentados no **Anexo B**, sendo que deve considerar **INALTERÁVEIS** os valores apresentados para os **CUSTOS mensal e CUSTO anual** dos Insumos a serem utilizados pela mão de obra de dedicação exclusiva e dos Serviços Eventuais.

7.2.7.1.2. A licitante deve utilizar o modelo (**Anexo C**) disponibilizado em formato editável, indicando obrigatoriamente Custos administrativos, Custos indiretos, Lucro e Tributos conforme composição a ser apresentada pelo mesmo. No custo unitário da mão de obra de dedicação exclusiva e dos serviços eventuais já devem estar considerados os custos referente aos encargos sociais sobre a mão de obra necessária e demais encargos necessários à execução dos serviços;

7.2.7.1.2.1. Os preços totais unitários, mensais e anuais dos itens constantes na Planilha de referência **Anexo B** deste Termo de Referência devem ser considerados como preços máximos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa;

7.2.7.1.2.2. Informar os valores unitários com apenas 2 (duas) casas decimais após a vírgula e utilizar a ferramenta "ARRED" nas colunas de valor unitário e valor total;

7.2.7.1.2.3. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados, a margem de lucro pretendida e as despesas indiretas;

7.2.7.1.2.4. Na hipótese de ocorrência de insumos ou serviços idênticos com valores diversos na planilha da licitante, sem apresentação de justificativa técnica,

será considerado aquele de menor valor atribuído.

7.2.7.1.2.5. A Licitante deverá apresentar todas as composições dos custos unitários referente aos insumos, serviços e mão de obra de manutenção conforme Modelo editável de Planilha de determinação de preços (**Anexo C**), ficando obrigada a seguir os parâmetros da composição do orçamento referencial apresentado no instrumento convocatório, observadas as seguintes regras:

**7.2.7.1.2.5.1. Eletricista Diurno e Noturno:**

7.2.7.1.2.5.1.1. Não poderá ser alterado a qualificação (ELETRICISTA) e o consumo da mão de obra prevista na composição, bem como deverá ser previsto o custo referente ao adicional noturno e hora noturna reduzida, quando couber, devendo todos os valores serem informados pelo proponente.

7.2.7.1.2.5.1.2. Quanto ao percentual de periculosidade, o mesmo não deve ser alterado, ou seja, deve ser considerado o percentual de 30%.

7.2.7.1.2.5.1.3. Não poderá ser suprimido, sem justificativa apresentada pelo proponente, os encargos complementares previstos na composição (EXAMES - MENSALISTA, SEGURO, VALE TRANSPORTE, VALE ALIMENTAÇÃO, COBERTURA SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL) e nem os seus consumos, devendo os valores serem informados pelo proponente.

7.2.7.1.2.5.1.4. Não poderá ser suprimido, sem justificativa apresentada pelo proponente, os itens de ferramentas e uniformes previstos na composição (FERRAMENTAS e UNIFORME) e nem os seus consumos, devendo os valores serem informados pelo proponente.

7.2.7.1.2.5.1.5. A proponente deverá informar na composição os percentuais quanto ao desconto concedido, custo administrativos, o lucro e os tributos.

7.2.7.1.2.5.1.6. A proponente deve considerar salários em consonância com a legislação trabalhista vigente e, quando for o caso, com acordos ou convenções trabalhistas, celebrados entre entidades sindicais patronais e de empregados.

7.2.7.1.2.5.1.7. A proponente deve adotar encargos sociais e tributários de acordo com o regime jurídico-tributário a que está submetida a empresa no momento da apresentação da proposta.

**7.2.7.1.2.5.2. Encanador diurno e noturno:**

7.2.7.1.2.5.2.1. Não poderá ser alterado a qualificação (ENCANADOR) e o consumo da mão de obra prevista na composição, bem como deverá ser previsto o custo referente ao adicional noturno e hora noturna reduzida, quando couber, devendo todos os valores serem informados pelo proponente.

7.2.7.1.2.5.2.2. Quanto ao percentual de insalubridade, o mesmo não deve ser alterado, ou seja, deve ser considerado o percentual de 20%.

7.2.7.1.2.5.2.3. Não poderá ser suprimido, sem justificativa apresentada pelo proponente, os encargos complementares previstos na composição (EXAMES - MENSALISTA, SEGURO, VALE TRANSPORTE, VALE ALIMENTAÇÃO, COBERTURA SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL) e nem os seus consumos, devendo os valores serem informados pelo proponente.

7.2.7.1.2.5.2.4. Não poderá ser suprimido, sem justificativa apresentada pelo proponente, os itens de ferramentas e uniformes previstos na composição (FERRAMENTAS e UNIFORME) e nem os seus consumos, devendo os valores serem informados pelo proponente.

7.2.7.1.2.5.2.5. A proponente deverá informar na composição os percentuais quanto ao desconto concedido, custo administrativos, o lucro e os tributos.

7.2.7.1.2.5.2.6. A proponente deve considerar salários em consonância com a legislação trabalhista vigente e, quando for o caso, com acordos ou convenções trabalhistas, celebrados entre entidades sindicais patronais e de empregados.

7.2.7.1.2.5.2.7. A proponente deve adotar encargos sociais e tributários de acordo com o regime jurídico-tributário.

#### **7.2.7.1.2.5.3. Pedreiro:**

7.2.7.1.2.5.3.1. Não poderá ser alterado a qualificação (PEDREIRO) e o consumo da mão de obra prevista na composição, bem como deverá ser previsto o custo referente ao adicional noturno e hora noturna reduzida, quando couber, devendo todos os valores serem informados pelo proponente.

7.2.7.1.2.5.3.2. Quanto ao percentual de insalubridade, o mesmo não deve ser alterado, ou seja, deve ser considerado o percentual de 20%.

7.2.7.1.2.5.3.3. Não poderá ser suprimido, sem justificativa apresentada pelo proponente, os encargos complementares previstos na composição (EXAMES - MENSALISTA, SEGURO, VALE TRANSPORTE, VALE ALIMENTAÇÃO, COBERTURA SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL) e nem os seus consumos, devendo os valores serem informados pelo proponente.

7.2.7.1.2.5.3.4. Não poderá ser suprimido, sem justificativa apresentada pelo proponente, os itens de ferramentas e uniformes previstos na composição (FERRAMENTAS e UNIFORME) e nem os seus consumos, devendo os valores serem informados pelo proponente.

7.2.7.1.2.5.3.5. A proponente deverá informar na composição os percentuais quanto ao desconto concedido, custo administrativos, o lucro e os tributos.

7.2.7.1.2.5.3.6. A proponente deve considerar salários em consonância com a legislação trabalhista vigente e, quando for o caso, com acordos ou convenções trabalhistas, celebrados entre entidades sindicais patronais e de empregados.

7.2.7.1.2.5.3.7. A proponente deve adotar encargos sociais e tributários de acordo com o regime jurídico-tributário.

#### **7.2.7.1.2.5.4. Pintor:**

7.2.7.1.2.5.4.1. Não poderá ser alterado a qualificação (PINTOR) e o consumo da mão de obra prevista na composição, bem como deverá ser previsto o custo referente ao adicional noturno e hora noturna reduzida, quando couber, devendo todos os valores serem informados pelo proponente.

7.2.7.1.2.5.4.2. Quanto ao percentual de insalubridade, o mesmo não deve ser alterado, ou seja, deve ser considerado o percentual de 20%.

7.2.7.1.2.5.4.3. Não poderá ser suprimido, sem justificativa apresentada pelo proponente, os encargos complementares previstos na composição (EXAMES - MENSALISTA, SEGURO, VALE TRANSPORTE, VALE ALIMENTAÇÃO, COBERTURA SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL) e nem os seus consumos, devendo os valores serem informados pelo proponente.

7.2.7.1.2.5.4.4. Não poderá ser suprimido, sem justificativa apresentada pelo proponente, os itens de ferramentas e uniformes previstos na composição (FERRAMENTAS e UNIFORME) e nem os seus consumos, devendo os valores serem informados pelo proponente.

7.2.7.1.2.5.4.5. A proponente deverá informar na composição os percentuais quanto ao desconto concedido, custo administrativos, o lucro e os tributos.

7.2.7.1.2.5.4.6. A proponente deve considerar salários em consonância com a

legislação trabalhista vigente e, quando for o caso, com acordos ou convenções trabalhistas, celebrados entre entidades sindicais patronais e de empregados.

7.2.7.1.2.5.4.7. A proponente deve adotar encargos sociais e tributários de acordo com o regime jurídico-tributário.

**7.2.7.1.2.5.5. Marceneiro:**

7.2.7.1.2.5.5.1. Não poderá ser alterado a qualificação (MARCENEIRO) e o consumo da mão de obra prevista na composição, bem como deverá ser previsto o custo referente ao adicional noturno e hora noturna reduzida, quando couber, devendo todos os valores serem informados pelo proponente.

7.2.7.1.2.5.5.2. Quanto ao percentual de insalubridade, o mesmo não deve ser alterado, ou seja, deve ser considerado o percentual de 20%.

7.2.7.1.2.5.5.3. Não poderá ser suprimido, sem justificativa apresentada pelo proponente, os encargos complementares previstos na composição (EXAMES - MENSALISTA, SEGURO, VALE TRANSPORTE, VALE ALIMENTAÇÃO, COBERTURA SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL) e nem os seus consumos, devendo os valores serem informados pelo proponente.

7.2.7.1.2.5.5.4. Não poderá ser suprimido, sem justificativa apresentada pelo proponente, os itens de ferramentas e uniformes previstos na composição (FERRAMENTAS e UNIFORME) e nem os seus consumos, devendo os valores serem informados pelo proponente.

7.2.7.1.2.5.5.5. A proponente deverá informar na composição os percentuais quanto ao desconto concedido, custo administrativos, o lucro e os tributos.

7.2.7.1.2.5.5.6. A proponente deve considerar salários em consonância com a legislação trabalhista vigente e, quando for o caso, com acordos ou convenções trabalhistas, celebrados entre entidades sindicais patronais e de empregados.

7.2.7.1.2.5.5.7. A proponente deve adotar encargos sociais e tributários de acordo com o regime jurídico-tributário.

**7.2.7.1.2.5.6. Serralheiro:**

7.2.7.1.2.5.6.1. Não poderá ser alterado a qualificação (SERRALHEIRO) e o consumo da mão de obra prevista na composição, bem como deverá ser previsto o custo referente ao adicional noturno e hora noturna reduzida, quando couber, devendo todos os valores serem informados pelo proponente.

7.2.7.1.2.5.6.2. Quanto ao percentual de insalubridade, o mesmo não deve ser alterado, ou seja, deve ser considerado o percentual de 20%.

7.2.7.1.2.5.6.3. Não poderá ser suprimido, sem justificativa apresentada pelo proponente, os encargos complementares previstos na composição (EXAMES - MENSALISTA, SEGURO, VALE TRANSPORTE, VALE ALIMENTAÇÃO, COBERTURA SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL) e nem os seus consumos, devendo os valores serem informados pelo proponente.

7.2.7.1.2.5.6.4. Não poderá ser suprimido, sem justificativa apresentada pelo proponente, os itens de ferramentas e uniformes previstos na composição (FERRAMENTAS e UNIFORME) e nem os seus consumos, devendo os valores serem informados pelo proponente.

7.2.7.1.2.5.6.5. A proponente deverá informar na composição os percentuais quanto ao desconto concedido, custo administrativos, o lucro e os tributos.

7.2.7.1.2.5.6.6. A proponente deve considerar salários em consonância com a legislação trabalhista vigente e, quando for o caso, com acordos ou convenções

trabalhistas, celebrados entre entidades sindicais patronais e de empregados.

7.2.7.1.2.5.6.7. A proponente deve adotar encargos sociais e tributários de acordo com o regime jurídico-tributário.

**7.2.7.1.2.5.7. Ajudante de Eletricista/Encanador diurno:**

7.2.7.1.2.5.7.1. Não poderá ser alterado a qualificação (AJUDANTE DE ELETRICISTA/ENCANADOR) e o consumo da mão de obra prevista na composição, bem como deverá ser previsto o custo referente ao adicional noturno e hora noturna reduzida, quando couber, devendo todos os valores serem informados pelo proponente.

7.2.7.1.2.5.7.2. Quanto ao percentual de periculosidade, o mesmo não deve ser alterado, ou seja, deve ser considerado o percentual de 30%.

7.2.7.1.2.5.7.3. Não poderá ser suprimido, sem justificativa apresentada pelo proponente, os encargos complementares previstos na composição (EXAMES - MENSALISTA, SEGURO, VALE TRANSPORTE, VALE ALIMENTAÇÃO, COBERTURA SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL) e nem os seus consumos (2 (dois)), devendo os valores serem informados pelo proponente.

7.2.7.1.2.5.7.4. Não poderá ser suprimido, sem justificativa apresentada pelo proponente, o item de uniforme previstos na composição (UNIFORME) e nem o seu consumo (2 (dois)), devendo os valores serem informados pelo proponente.

7.2.7.1.2.5.7.5. A proponente deverá informar na composição os percentuais quanto ao desconto concedido, custo administrativos, o lucro e os tributos.

7.2.7.1.2.5.7.6. A proponente deve considerar salários em consonância com a legislação trabalhista vigente e, quando for o caso, com acordos ou convenções trabalhistas, celebrados entre entidades sindicais patronais e de empregados.

7.2.7.1.2.5.7.7. A proponente deve adotar encargos sociais e tributários de acordo com o regime jurídico-tributário a que está submetida a empresa no momento da apresentação da proposta.

**7.2.7.1.2.5.8. Ajudante Geral:**

7.2.7.1.2.5.8.1. Não poderá ser alterado a qualificação (AJUDANTE GERAL) e o consumo da mão de obra prevista na composição, bem como deverá ser previsto o custo referente ao adicional noturno e hora noturna reduzida, quando couber, devendo todos os valores serem informados pelo proponente.

7.2.7.1.2.5.8.2. Quanto ao percentual de insalubridade, o mesmo não deve ser alterado, ou seja, deve ser considerado o percentual de 20%.

7.2.7.1.2.5.8.3. Não poderá ser suprimido, sem justificativa apresentada pelo proponente, os encargos complementares previstos na composição (EXAMES - MENSALISTA, SEGURO, VALE TRANSPORTE, VALE ALIMENTAÇÃO, COBERTURA SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL) e nem os seus consumos, devendo os valores serem informados pelo proponente.

7.2.7.1.2.5.8.4. Não poderá ser suprimido, sem justificativa apresentada pelo proponente, os itens de ferramentas e uniformes previstos na composição (FERRAMENTAS e UNIFORME) e nem os seus consumos, devendo os valores serem informados pelo proponente.

7.2.7.1.2.5.8.5. A proponente deverá informar na composição os percentuais quanto ao desconto concedido, custo administrativos, o lucro e os tributos.

7.2.7.1.2.5.8.6. A proponente deve considerar salários em consonância com a legislação trabalhista vigente e, quando for o caso, com acordos ou convenções trabalhistas, celebrados entre entidades sindicais patronais e de empregados.

7.2.7.1.2.5.8.7. A proponente deve adotar encargos sociais e tributários de acordo com o regime jurídico-tributário.

**7.2.7.1.2.5.9. Encarregado de Manutenção:**

7.2.7.1.2.5.9.1. Não poderá ser alterado a qualificação (ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO PREDIAL) e o consumo da mão de obra prevista na composição (1 (um)).

7.2.7.1.2.5.9.2. Quanto ao percentual de insalubridade, o mesmo não deve ser alterado, ou seja, deve ser considerado o percentual de 20%.

7.2.7.1.2.5.9.3. Não poderá ser suprimido, sem justificativa apresentada pelo proponente, os encargos complementares previstos na composição (EXAMES - MENSALISTA, SEGURO, VALE TRANSPORTE, VALE ALIMENTAÇÃO, COBERTURA SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL) e nem os seus consumos, devendo os valores serem informados pelo proponente.

7.2.7.1.2.5.9.4. Não poderá ser suprimido, sem justificativa apresentada pelo proponente, o item de uniforme previstos na composição (UNIFORME) e nem o seu consumo (1 (um)), devendo os valores serem informados pelo proponente.

7.2.7.1.2.5.9.5. A proponente deverá informar na composição os percentuais quanto ao custo administrativos, o lucro e os tributos.

7.2.7.1.2.5.9.6. A proponente deve considerar salários em consonância com a legislação trabalhista vigente e, quando for o caso, com acordos ou convenções trabalhistas, celebrados entre entidades sindicais patronais e de empregados.

7.2.7.1.2.5.9.7. A proponente deve adotar encargos sociais e tributários de acordo com o regime jurídico-tributário a que está submetida a empresa no momento da apresentação da proposta.

**7.2.7.1.2.5.10. Engenheiro Civil ou Arquiteto:**

7.2.7.1.2.5.10.1. Não poderá ser alterada a qualificação (ENGENHEIRO CIVIL ou ARQUITETO) e o consumo da mão de obra prevista na composição.

7.2.7.1.2.5.10.2. Quanto ao percentual de insalubridade, o mesmo não deve ser alterado, ou seja, deve ser considerado o percentual de 20%.

7.2.7.1.2.5.10.3. Não poderá ser suprimido, sem justificativa apresentada pelo proponente, os encargos complementares previstos na composição (EXAMES - MENSALISTA, SEGURO, ALIMENTAÇÃO E EPI) e nem os seus consumos, devendo os valores serem informados pelo proponente.

7.2.7.1.2.5.10.4. A proponente deverá informar na composição os percentuais quanto aos custos administrativos, o lucro e os tributos.

7.2.7.1.2.5.10.5. A proponente deve considerar salários em consonância com a legislação trabalhista vigente e, quando for o caso, com acordos ou convenções trabalhistas, celebrados entre entidades sindicais patronais e de empregados.

7.2.7.1.2.5.10.6. A proponente deve adotar encargos sociais e tributários de acordo com o regime jurídico-tributário a que está submetida a empresa no momento da apresentação da proposta.

**7.2.7.1.2.6. Fornecimento de materiais (insumos)**

- a. A proponente **não poderá** alterar o valor previsto na linha (A) referente ao custo total mensal e anual previsto para aquisição de insumos, sob pena de desclassificação.
- b. A proponente deverá informar obrigatoriamente na linha B o

desconto concedido, sendo esse maior que 0 (zero), tomando como base que os custos dos insumos (linha A) são INALTERÁVEIS e referentes ao uso na Tabela de referência de SINAPI insumos PE- Desonerado .

- c . A proponente deverá informar na composição os percentuais quanto ao desconto concedido, aos custos administrativos, o lucro e os tributos, lembrando que na composição de insumos não incide o ISS.

**7.2.7.1.2.7. Serviços eventuais (serviços)**

- a. A proponente **não poderá** alterar o valor previsto na linha (A) referente ao custo total mensal e anual previsto para serviços eventuais, sob pena de desclassificação.
- b. A proponente deverá informar obrigatoriamente na linha B o desconto concedido, sendo esse maior que 0 (zero), tomando como base que os custos dos serviços eventuais (linha A) são INALTERÁVEIS e referentes à Tabela de referência SINAPI Serviços e Composições próprias - Desoneradas.
- c . A proponente deverá informar na composição os percentuais quanto ao desconto concedido, aos custos administrativos, o lucro e os tributos.

7.2.7.1.2.8. Caso haja isenção de tributos, deverá ser apresentada a lei que concedeu a isenção;

7.2.7.1.2.9. As alíquotas de tributos indicadas pela licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;

7.2.7.1.2.10. O percentual de ISS deve ser compatível com a legislação tributária do(s) município(s) onde serão prestados os serviços;

7.2.7.1.2.11. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão considerar, na sua composição de despesas fiscais, as alíquotas referentes ao PIS, COFINS e ISS de acordo com as alíquotas previstas nos Anexos I ao V da Lei Complementar nº 123/2006. Para os cálculos das alíquotas, a licitante deverá tomar por base a receita bruta acumulada nos doze meses que antecedem a abertura do certame licitatório. Em caso de divergência nas alíquotas apresentadas, serão realizadas as correções necessárias..

7.2.7.1.2.12. Composição dos Encargos Sociais, conforme **ANEXO D** deste Termo de Referência, na forma prevista nos subitens a seguir:

7.2.7.1.2.13. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão considerar na sua composição de encargos sociais, as isenções referentes às contribuições instituídas pela União, inclusive as contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, e demais entidades de serviço sociais autônomas, conforme previsto no § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006. Em caso de divergência nos encargos apresentados, serão realizadas as correções necessárias;

7.2.7.1.2.14. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar declaração indicando em que “ANEXO e FAIXA” da Lei Complementar nº 123/2006 se enquadram. Em anexo a esta declaração deverá ser apresentada pela licitante o



Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PA), cuja data base de apuração é a remuneração bruta acumulada nos doze meses que antecedem a sessão inicial certame licitatório;

7.2.7.1.2.15. Nos casos em que a empresa estiver enquadrada nos grupos 421, 422, 429 e 431 da CNAE 2.0, quando a empresa utiliza o regime de tributação distinto ao que fora eleito na elaboração do Planilha de determinação de preços expresso no **ANEXO B** deste Termo de Referência, fica obrigada a apresentar declaração, responsabilizando-se a cumprir com todas as exigências elencadas nos Acordos e Convenções Coletivas utilizadas na elaboração dos referidos orçamentos, abdicando assim de qualquer solicitação/requerimento de reequilíbrio econômico financeiro relacionado a estes itens em questão (profissionais), incluindo os fatos relacionados à tributação. Obriga-se, também, a apresentar a declaração constante no ANEXO III da IN RFB Nº 2053, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2021.

## 8. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

### 8.1. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

#### 8.1.1. Qualificação Técnica Operacional

8.1.1.1. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo, em plena validade;

8.1.1.2. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente por meio da apresentação de Atestado e/ou Certidões de Acervo Operacional (CAO), em nome da licitante, expedido por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, dos serviços a seguir discriminados:

**a .** Execução de construção OU reforma OU manutenção de edificação comercial OU institucional, pública e/ou privada, (hospitais, hotéis, shopping centers, etc), que contemple a execução OU manutenção de instalações elétricas e hidrossanitárias atendendo à seguinte área mínima de construção:

ÁREA TOTAL DE CONSTRUÇÃO (m²)	ÁREA MÍNIMA EXIGIDA, 40% DA ÁREA TOTAL DE CONSTRUÇÃO (m²)
16.606,89	6.642,72

**b. Comprovação de Gestão de Mão de Obra com Dedicação Exclusiva:**

Comprovação de aptidão para prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra (POSTOS) por período de no mínimo 12 (doze) meses, por meio da apresentação de atestado(s) que comprove(m) a execução de serviços de natureza similar ao objeto, com quantitativo de

aproximadamente **40% (quarenta por cento)** do total, conforme indicado abaixo:

LOTE	QUANTIDADE TOTAL DE POSTOS	QUANTIDADE EXIGIDA DE POSTOS (APROX. 40% DO TOTAL)
ÚNICO	38	15

- 8.1.1.3. Será admitido o somatório de atestados para comprovar os quantitativos exigidos, **desde que executados em período concomitante.**
- 8.1.1.4. Para fins de aferição do percentual mínimo de 40% (quarenta por cento) relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro menor número inteiro.
- 8.1.1.5. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
- 8.1.1.6. No caso de participação de empresas reunidas em consórcio, deverá observar para a vedação do somatório de atestado a seguinte regra: Será admitido o simples somatório do acervo de cada consorciado para a constituição do todo, limitado a um atestado por consorciado no mesmo item de serviço para atendimento da quantidade mínima exigida, não sendo permitido o somatório de atestados por uma mesma empresa, ou seja, cada empresa consorciada poderá apresentar para fins de somatório apenas um atestado para atendimento do mesmo item de serviço.
- 8.1.1.7. Se o atestado não for emitido pelo contratante principal da obra (pessoa de direito público ou privado), deverá ser anexado à documentação pelo menos um dos seguintes documentos:
- a . Declaração formal do contratante principal, confirmando que a licitante participou da execução do serviço objeto do atestado;
  - b . Autorização da subcontratação pelo contratante principal, em que conste o nome da licitante subcontratada, para o qual foi emitido o atestado;
  - c . Contrato firmado entre a contratada principal e a licitante subcontratada.
- 8.1.1.8. Não será admitido atestado de fiscalização, supervisão ou coordenação da execução de obras/serviços, tampouco atestados emitidos pela própria empresa ou empresa pertencente ao mesmo grupo econômico da licitante.
- 8.1.1.9. Justifica-se o percentual fixado para fins de qualificação técnica, no que se refere à comprovação das quantidades a serem indicadas em atestados/certidões, por se tratar de uma atividade de grande abrangência territorial no estado de Pernambuco.

#### 8.1.2. Qualificação Técnico-Profissional

- 8.1.2.1. Comprovação da Licitante de possuir no seu quadro, na data prevista para entrega da proposta, profissional (ais) de nível superior, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU, que conjuntamente atendam à habilitação mínima discriminada a seguir:

PROFISSIONAIS	QUALIFICAÇÃO
---------------	--------------

Engenheiro Civil Ou Arquiteto	1 (um) engenheiro civil ou arquiteto, com experiência comprovada, mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região onde os serviços tenham sido executados em:  Execução ou fiscalização de obras de construção OU reforma OU manutenção que contemple a execução OU manutenção de instalações elétricas de baixa tensão e hidrossanitárias.
-------------------------------------	--

- 8.1.2.1.1.** O profissional indicado pela licitante e habilitado conforme exigências desse item será o Responsável Técnico do Contrato, representará a CONTRATADA junto a IASSEPE e ficará alocado por uma carga horária mínima semanal de 44 h semanais.
- 8.1.2.1.2. O profissional que não estiver elencado no hall de responsáveis técnicos da Certidão de Registro da pessoa jurídica, e apresentar comprovação técnico profissional para atendimento ao **item 8.1.1.1**, deverá anexar a devida Certidão de Registro na entidade de classe competente.
- 8.1.2.1.3. Apresentar Relação Nominal dos profissionais de nível superior que será alocada nos serviços. Os profissionais de nível superior deverão apresentar comprovante de inscrição no conselho competente das profissões relacionadas no quadro acima;
- 8.1.2.1.4. Os profissionais indicados pela licitante para fins de comprovação de capacidade técnica de que trata esta alínea, deverão participar dos serviços objeto desta licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior desde que aprovada pelo HSE;
- 8.1.2.1.5. A substituição de qualquer dos técnicos só poderá ser concretizada com a solicitação justificada da Licitante Vencedora e anuência por escrito do HSE, por técnico igualmente qualificado, nos mesmos moldes da qualificação da Licitação, através da apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT expedida pelo CREA e/ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT expedido pelo CAU da(s) região(ões) onde o(s) serviço(s) tenha(m) sido realizado(s);
- 8.1.2.2. Comprovação de que o(s) profissional(ais) indicado(s) pertença(m) ao quadro técnico da empresa nos termos do artigo 67, da Lei federal nº 14.133/21 e suas alterações, deverá ser feita do seguinte modo:
- 8.1.2.2.1. No caso de empregado da licitante: mediante apresentação de cópias autenticadas do Contrato de Trabalho, das anotações da CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social, nos termos da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho e do Decreto nº 61.799/67, ou da Ficha de Registro de Empregado.
- 8.1.2.2.2. No caso de proprietário, sócio ou dirigente: mediante apresentação de cópia do Estatuto ou Contrato Social, devidamente registrado no órgão competente. Informamos que no caso de sócio ou dirigente deverá ser verificado pela empresa licitante se sobre a remuneração desses profissionais incidem os encargos sociais. Em caso negativo a empresa não deverá considerar nas suas composições os custos da parcela referente a esses encargos. Em caso afirmativo, os encargos deverão ser considerados nas composições e no momento de cada medição para pagamento a empresa Contratada deverá apresentar os comprovantes dos devidos recolhimentos, sob pena de glosa do valor referente a esses encargos na medição.
- 8.1.2.2.3. No caso de profissional(is) autônomo(s): mediante apresentação de cópia do(s) contrato(s) de prestação de serviços ou declaração de compromisso emitida por

cada um dos técnicos, firmado(s) anteriormente ao certame licitatório entre a licitante e o(s) profissional(is) em questão. Informamos que no caso de profissionais com o vínculo comprovado através de contrato de prestação de serviços ou da declaração de compromisso futuro deverá ser verificado pela empresa licitante se haverá relação trabalhista entre as partes e se incidem sobre a remuneração desses profissionais os encargos sociais. Em caso negativo a empresa não deverá considerar nas suas composições os custos da parcela referente a esses encargos. Em caso afirmativo, os encargos deverão ser considerados nas composições e no momento de cada medição para pagamento a empresa Contratada deverá apresentar os comprovantes dos devidos recolhimentos, sob pena de glosa do valor referente a esses encargos na medição.

8.1.2.3. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

## 9. VISTORIA DOS LOCAIS DOS SERVIÇOS

- 9.1. Com vistas a conhecer todos os aspectos pertinentes aos serviços a serem executados, considerando o vulto e a importância do objeto, recomenda-se que as empresas LICITANTES realizem a vistoria "in loco" das instalações da CONTRATANTE.
- 9.2. A licitante deverá apresentar declaração de realização de vistoria **Anexo L**, de que, por meio de representante designado para esse fim, vistoriou os locais onde os serviços serão realizados, a fim de tomar conhecimento das informações necessárias à sua adequada execução.
- 9.3. Durante a vistoria, a LICITANTE deverá observar, entre outros aspectos, o grau de dificuldade para execução dos serviços, diagnóstico dos requisitos necessários para prestação desses, não se admitindo, posteriormente, qualquer alegação de desconhecimento dos mesmos.
- 9.4. A visita deverá ocorrer até o dia anterior da data da abertura do certame, no horário das 09h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira, por representante legal da empresa participante, por meio de agendamento prévio, a ser realizado em dias úteis, no horário de 09h00 às 16h00, com a Gerência de Manutenção do HSE ou Superintendência de Manutenção do HSE pelo telefone (81) **3183-4566 e 3183-4635** ou por pelo e-mail [manuengclinica@gmail.com](mailto:manuengclinica@gmail.com).
- 9.5. Não desejando realizar a visita "in loco", a licitante assume a responsabilidade por eventuais constatações que poderiam ter sido verificadas caso tivesse realizado a visita técnica, comprometendo-se a cumprir todas as obrigações objeto deste termo de referência, devendo apresentar junto com os documentos de habilitação "Declaração assinada pelo responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação", conforme modelo constante do edital.

## 10. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 10.1. Deverão ser observadas as disposições quanto a exigência de índices contábeis mínimos usuais constantes no edital de licitação.
- 10.2. Considerando que a base de cálculo é estimativa, a empresa licitante deverá comprovar que possui Patrimônio Líquido igual ou superior a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação.
- 10.3. Participação de consórcios:
  - 10.3.1. Quando permitida a participação na licitação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, deve-se apresentar o somatório dos valores do Patrimônio Líquido dos

consorciados, constituindo-se de um acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor exigido de licitante individual, não sendo tal acréscimo aplicável aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte.

## 11. DO PRAZOS

### **PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL**

- 11.1. O prazo de vigência do contrato será de 1 (um) ano, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a necessidade da contratação de empresa prestadora do serviço de manutenção predial, será sempre obrigatória e de forma ininterrupta uma vez que trata-se de edificações de funcionamento 24 horas, conforme o Posto de trabalho.
- 11.3. O prazo para o fornecimento de insumos deverá atender ao estabelecido no **item 14.1.2.3.6** deste Termo, o qual será contado a partir da data e hora da emissão da Ordem de Fornecimento – OF.
- 11.4. O prazo de execução dos serviços eventuais será informado no corpo de cada Ordem de Serviço – OS e terá início a partir da data de emissão de cada OS, o qual deve abranger a mobilização para início dos serviços, a execução do serviço e a desmobilização.
- 11.5. Após a emissão de cada Ordem de Serviço, a CONTRATADA terá um prazo de até 05 (cinco) dias corridos para iniciar os serviços objeto do contrato.

### **PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO OU RETIRADA DO INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

- 11.6. Após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.
- 11.7. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

## 12. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 12.1. Além das obrigações que serão dispostas na minuta do contrato anexa ao Edital da presente licitação, são requeridas as seguintes obrigações específicas na presente contratação:
  - 12.1.1. Assegurar o livre acesso dos profissionais da CONTRATADA quando devidamente identificados com crachá e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas. Esses profissionais ficarão sujeitos a todas as normas internas da CONTRATANTE, principalmente as de segurança, inclusive àqueles referentes à identificação, trajes, trânsito e permanência em suas dependências;
  - 12.1.2. Prestar à CONTRATADA as informações e esclarecimentos que esta vier a solicitar para o desenvolvimento dos trabalhos;
  - 12.1.3. Comunicar por escrito à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço;
  - 12.1.4. Efetuar periodicamente a programação dos serviços a serem executados pela CONTRATADA;
  - 12.1.5. Indicar instalações sanitárias para uso dos empregados da CONTRATADA;

- 12.1.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO, por fiscal e gestor do contrato especialmente designado para este fim;
- 12.1.7. Indicar, formalmente, o gestor para acompanhamento da execução contratual, utilizando-se dos procedimentos de acompanhamento da execução dos serviços, conforme previsto no Termo de Referência, e fiscal para auxiliá-lo na avaliação periódica da prestação dos serviços;
- 12.1.8. Encaminhar à CONTRATADA, sempre que necessário relatório de acompanhamento da execução dos serviços, devidamente elaborado e assinado pelo fiscal do contrato, com os registros de eventuais falhas verificadas, considerações e o valor a ser liberado da fatura mensal;
- 12.1.9. Atestar as notas fiscais e faturas correspondentes por intermédio do gestor do contrato;
- 12.1.10. Encaminhar a liberação de pagamento das faturas da prestação de serviços aprovadas;
- 12.1.11. Garantir que a prestação dos serviços será adstrita às atividades administrativas acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem a área de competência legal do órgão;
- 12.1.12. Repassar à CONTRATADAS informações detalhadas a respeito dos programas de uso racional dos recursos que impactem o meio ambiente, bem como sobre procedimentos a serem adotados para redução do consumo de energia, em especial a Portaria SAD nº 2.325/2013, e sobre descarte de materiais potencialmente poluidores;
- 12.1.13. Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário da CONTRATADA que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções;
- 12.1.14. Impedir que terceiros não pertencentes à CONTRATADA (ou por ela designados, caso representação autorizada) executem os serviços objeto deste contrato;
- 12.1.15. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros, em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 12.1.16. Solicitar que seja refeito o serviço que vier a ser recusado pela CONTRATANTE;
- 12.1.17. Prestar total apoio à empresa contratada para a realização de seus serviços, incluindo acesso aos setores beneficiados e aos equipamentos, acesso às documentações pertinentes necessárias à execução dos serviços, participar de reuniões agendadas relativas aos serviços;
- 12.1.18. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas do Contrato;
- 12.1.19. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 12.1.20. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber.
- 12.1.21. Aplicar as sanções previstas na lei e neste CONTRATO;
- 12.1.22. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 12.1.23. Responder a eventuais pedidos de reajustamento no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento;
- 12.1.24. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
- 12.1.25. Indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- 12.1.26. Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela CONTRATADA;
- 12.1.27. Estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da CONTRATADA;
- 12.1.28. Definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

- 12.1.29. Demandar a funcionário da CONTRATADA a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
- 12.1.30. Prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da CONTRATADA.
- 12.1.31. Cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

### 13. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 13.1. Além das obrigações que serão dispostas na minuta do contrato anexa ao Edital da presente licitação, são requeridas as seguintes obrigações específicas na presente contratação:
  - 13.1.1. Recrutar e selecionar os profissionais necessários à realização dos serviços, de acordo com o quantitativo estimado e com a qualificação mínima definida no Termo de Referência;
- 13.2. Propiciar aos empregados as condições necessárias para o perfeito desenvolvimento dos serviços;
- 13.3. Fornecer, no primeiro mês da execução do contrato, relação nominal dos empregados vinculados à prestação dos serviços, indicando nome completo, função, local e horário do posto de trabalho, números de carteira de identidade (RG) e de CPF, endereço e telefone, acompanhado das páginas da CTPS com anotações do registro dos respectivos empregados, bem como lista com os nomes de seus empregados que prestem, por qualquer tempo, serviços no âmbito da Administração Pública Estadual, direta e indireta, indicando nome completo, número da Carteira de Trabalho (CTPS), data de admissão, data da demissão, cargo ou função, salário inicial e evolução salarial, observações acerca de circunstâncias especiais, tais como existência de contrato de experiência ou por tempo determinado e local (is) de trabalho. Sempre que houver admissão de novos empregados, devem ser apresentados os documentos elencados no presente item;
- 13.4. Realizar, às suas expensas, na forma da legislação aplicável, os exames admissionais de seus empregados, apresentando o respectivo comprovante no primeiro mês de execução contratual, bem como outros exames que venham a ser exigidos no decorrer do contrato, encaminhando os comprovantes à CONTRATANTE;
- 13.5. Observar os horários fixados na escala de serviço elaborada pela CONTRATANTE, cumprindo a jornada de trabalho especificada no Termo de Referência;
- 13.6. Designar por escrito, no ato do recebimento da autorização de início dos serviços, preposto(s) que tenha(m) poder (es) para resolução de possíveis ocorrências durante a sua execução, que deverá disponibilizar número de telefone móvel que permita contato imediato com Fiscal da CONTRATANTE de forma permanente, incluindo dias não úteis.
- 13.7. Informar endereço de e-mail válido, através do qual se efetivará, preferencialmente, a comunicação com a CONTRATANTE;
- 13.8. Assegurar que os empregados portem crachá com foto recente, indicando a função profissional devidamente registrada nas carteiras de trabalho;
- 13.9. Instruir seus empregados a restringir sua atuação às atividades previstas no Termo de Referência, para as quais a empresa foi contratada;
- 13.10. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;
- 13.11. Manter disciplina nos locais dos serviços, substituindo, no prazo assinalado, qualquer empregado que adote conduta inconveniente;
- 13.12. Atender de imediato às solicitações da CONTRATANTE quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços, bem como

- assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar não será mantido nas dependências da execução dos serviços ou em quaisquer outras instalações da CONTRATANTE;
- 13.13. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, após os primeiros socorros realizados pela CONTRATANTE;
- 13.14. Manter o quadro de pessoal preenchidos, providenciando a imediata reposição dos empregados designados para a execução dos serviços, nos casos de afastamento por falta, férias, descanso semanal, licença, demissão e outros da espécie, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente, vedada a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).
- 13.15. Nos casos de substituição ou inclusão de empregado, a CONTRATADA deverá proceder conforme o **item 8.1.2.1.4** deste Termo de Referência;
- 13.16. Comunicar à CONTRATANTE qualquer alteração na equipe de empregados que esteja prestando serviços;
- 13.17. Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados;
- 13.18. Fornecer uniformes e seus complementos aos seus empregados, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência, bem como realizar a substituição dos mesmos sempre que necessário vedado o repasse dos respectivos custos aos seus empregados;
- 13.19. Fornecer aos seus empregados os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva (EPIs e EPCs) necessários à execução do serviço, de acordo com o previsto no Termo de Referência e nas normas legais e coletivas.
- 13.20. Sempre que exigido pela lei ou no presente contrato, realizar cursos de treinamento e reciclagem, comprovando-os à CONTRATANTE;
- 13.21. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às solicitações e reclamações formuladas;
- 13.22. Relatar, por escrito, ao Fiscal da CONTRATANTE toda e qualquer anormalidade observada afeta à prestação dos serviços;
- 13.23. Demonstrar à CONTRATANTE, mediante relatório assinado pelo responsável, a correção das falhas eventualmente verificadas pela fiscalização, no prazo e com justificativas, se for o caso;
- 13.24. Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos comprovadamente causem ao patrimônio da CONTRATANTE ou a terceiros, durante a permanência no local de serviço, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
- 13.25. Responsabilizar-se integralmente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do presente CONTRATO;
- 13.26. Pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários dos seus empregados utilizados nos serviços contratados, bem como recolher no prazo legal os encargos decorrentes da contratação dos mesmos;
- 13.27. Entregar os vales-transportes aos seus empregados no dia anterior ao início da prestação dos serviços;
- 13.28. Fornecer, até o último dia do mês que antecede ao mês de sua competência, os vales-transporte e alimentação, quando for o caso, e outros benefícios eventualmente incidentes, de acordo com o valor e prazos estabelecidos em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho;.
- 13.29. Apresentar, quando solicitado pela CONTRATANTE, na forma prevista neste contrato, os comprovantes de pagamentos dos salários, vale-alimentação, vale-transporte e demais benefícios/encargos porventura incidentes;
- 13.30. Apresentar, no prazo de até 30 (trinta) dias do mês seguinte ao da prestação dos serviços, quando não for possível a verificação no CADFOR, certidões de regularidade fiscal e trabalhistas em nome da CONTRATADA.
- 13.31. Apresentar, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos



serviços, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, os termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria; guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais; extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado e os exames médicos demissionais dos empregados dispensados;

- 13.32. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todo o material necessário à sua execução dos serviços, de acordo com as especificações e as periodicidades indicadas no Termo de Referência;
- 13.33. Submeter ao fiscal do contrato para avaliação de qualidade, no início do contrato e diante de qualquer mudança, os materiais necessários a execução do serviço;
- 13.34. Orientar os seus empregados sobre a necessidade de adotar as medidas para a redução do consumo de energia elétricas indicadas na Portaria SAD/PE nº 2.325/2013, quanto à utilização de iluminação, máquinas e equipamentos, em especial (a) desligar os monitores durante o horário de almoço ou quando se ausentar por mais de meia hora; (b) realizar os serviços no horário determinado pela CONTRATANTE e (c) utilizar, sempre que possível, a luz natural;
- 13.35. Nos casos em que for implantado pela CONTRATANTE o Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, orientar os seus empregados a colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades, mediante a separação de resíduos sólidos em recipientes disponibilizados para coleta seletiva, seguindo as cores internacionalmente identificadas;
- 13.36. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, qualquer alteração no Contrato Social ou no endereço comercial;
- 13.37. Manter, durante o prazo de vigência do CONTRATO, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;
- 13.38. Registrar nos Conselhos Profissionais competentes a(s) Anotação(es) de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro(s) de Responsabilidade Técnica (RRT), relativa à execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;
- 13.39. Submeter à aprovação da CONTRATANTE o(s) nome(s) e o(s) dado(s) demonstrativo(s) da respectiva capacidade técnica dos Responsáveis Técnicos que, porventura, venham a substituir os originalmente indicados;
- 13.40. Responsabilizar-se por eventuais paralisações dos serviços, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, por parte dos seus empregados, sem repasse de qualquer ônus à CONTRATANTE, para que não haja interrupção dos serviços prestados;
- 13.41. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Termo de Referência, devendo orientar seus empregados nesse sentido;
- 13.42. É expressamente proibido, também, a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;
- 13.43. Incorporar o eventual aumento da demanda, referente a aquisição de novos Equipamentos Médicos Hospitalares e Odontológicos, para Instituição, desde que o aumento possa ser absorvido dentro da carga horária estabelecida para execução dos serviços, pela Equipe da contratada, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 13.44. Caso ocorra variação significativa da demanda, e respectiva necessidade de ajuste da Equipe contratada, aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias para execução das atividades, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- 13.45. O(s) Técnico(s), a serem disponibilizados pela empresa deverão já possuir registro no CFT conforme art. 55 e art. 58 da lei Federal nº5.194 de 24/12/1966;
- 13.46. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal ou gestor do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios,

defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

- 13.47. Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;
- 13.48. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 13.49. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 13.50. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.
- 13.51. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 13.52. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- 13.53. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas neste documento ou no Contrato.
- 13.54. Estar ciente que quando houver descumprimento total ou parcial da obrigação da CONTRATADA, às penalidades previstas no ato convocatório e na legislação pertinente serão aplicadas.
- 13.55. Cumprir com as obrigações relativas à Segurança e Saúde dos empregados, atendendo as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho - MTE, normas e manuais internos, além das que couberem no exercício das atividades constantes neste Termo de Referência e anexos;
- 13.56. Manter registro do SESMT (Serviços Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do trabalho) na Superintendência Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho, ou, se for o caso, a declaração de isenção de registro amparada pela legislação, apresentando neste caso profissional de referência para desenvolvimento das ações de segurança e saúde ocupacional.
- 13.57. A CONTRATADA deverá considerar o atendimento à todos os requisitos legais pertinentes, inclusive a legislação trabalhista e as normas de segurança e saúde ocupacional, dentre elas as previstas na Portaria 3.214 de 08 de junho de 1978, tais como, NR-01, NR-04, NR-05, NR-06, NR-07, NR-08, NR-09, NR-10, NR-11, NR-12, NR-13, NR-15, NR-16, NR-17, NR-18, NR-21, NR-24, NR-26, NR-27, NR-32, NR-33, NR-35 e demais normas regulamentadoras e suas atualizações, considerando a elaboração e implementação do PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e do PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, além da adoção, manutenção e registro de entrega de vestimentas equipamentos de proteção individual - EPI e vestimentas adequadas, realização de exames médicos aplicáveis com emissão de ASO - Atestado de Saúde Ocupacional, controle vacinal dos empregados considerando inclusive a atividade em ambiente hospitalar, treinamento e capacitação inicial e continuada relativa à segurança e saúde dos trabalhadores, e demais requisitos legais aplicáveis.
- 13.58. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes de trabalho e de incêndios, conforme as diretrizes da Contratante;
- 13.59. Obrigações relativas aos equipamentos, peças e componentes dos sistemas e equipamentos;
- 13.60. Disponibilizar, durante a vigência do contrato, todo material necessário para a execução de seus serviços e adequação do espaço físico para o as áreas de manutenção corretiva e

preventiva e de apoio à gestão, como mobiliário, bancada técnica, material de escritório, computador e seus periféricos, equipamentos para refeitório, impressora, consumíveis de informática, EPIs, ferramentas, instrumentos, materiais de consumos, telefonia fixa para chamadas externas, telefonia celular, internet para escritório, etc;

- 13.61. Realizar as manutenções necessárias dos Equipamentos médicos hospitalares e odontológicos;
- 13.62. Usar tão somente peças novas e originais, ou equivalentes em especificação e desempenho, instrumentos e ferramentas recomendadas pelo fabricante dos equipamentos;
- 13.63. Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência das peças que necessitem ser substituídas;
- 13.64. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE e apresentar relação a Unidade de Patrimônio;
- 13.65. Responsabilizar-se pela guarda, segurança e proteção de todos seus instrumentos, ferramentas e equipamentos até o término do Contrato.
- 13.66. Responsabilizar-se pelo registro de toda e qualquer ART ou RRT e TRT necessária, conforme disposto neste Termo de Referência, e estando o pagamento de notas fiscais condicionado à apresentação desses registros.

## 14. DO ESCOPO DOS SERVIÇOS

### 14.1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS/DETALHAMENTO DO OBJETO

- 14.1.1. Os serviços serão prestados tanto com o posto fixo de trabalho, apoio técnico e fornecimento de insumos, devidamente discriminado nos **itens 14.1.2.1., 14.1.2.2 e 14.1.2.3.**, como também com serviços eventuais, devidamente discriminado no **item 14.1.2.4.** deste Termo de Referência, sendo o fornecimento dos insumos e execução dos serviços eventuais realizados por demanda, atendendo aos planejamentos a serem executados pela fiscalização da CONTRATANTE.
- 14.1.2. Os serviços serão executados com atendimento ao Plano de Manutenção Predial - **PMP (Apêndice B do ETP)**, elaborado para os serviços previstos neste certame bem como certames futuros para mesmo objeto, observada também a relação de serviços constantes nos Relatórios de Inspeção Predial - **RIP(Anexo G deste TR)**, a serem elaborados pela fiscalização da CONTRATANTE, atendendo no mínimo a periodicidade determinada pelo Plano de Manutenção Predial, e ao Diagnóstico de Manutenção Predial - **DMP(Anexo H deste TR)** emitido pelo Posto Fixo de trabalho, e previamente validado pelo encarregado e posteriormente autorizado pela fiscalização da CONTRATANTE, na forma de execução abaixo relacionada:

#### 14.1.2.1. MÃO DE OBRA DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - POSTO FIXO

- 14.1.2.1.1. A contratação de mão de obra de dedicação exclusiva visa o atendimento das demandas de manutenções prediais corretivas, emergenciais, de rotina, de baixa monta e de menor complexidade, considerando-se o fator de escala do serviço e dentro das atribuições dos profissionais alocados nos postos fixos.

Os postos fixos de eletricista e encanador, bem como, seus auxiliares, funcionarão de segunda-feira a domingo, vinte e quatro horas por dia (com

postos em escala de 12x36h), os postos do pedreiro, pintor, marceneiro e serralheiro juntamente com seus auxiliares, funcionarão de segunda a sexta-feira, quarenta e quatro horas semanais, todos com dedicação exclusiva de mão de obra, para atendimento às demandas de menor complexidade, urgentes e imprevistas, com a supervisão e controle dos recursos alocados sob responsabilidade e fiscalização da CONTRATANTE.

14.1.2.1.2. As classificações e atribuições dos postos fixos, Eletricista, Encanador, Pedreiro, Pintor, Marceneiro, Serralheiro, Ajudante de Eletricista/Encanador e Geral, foram definidas em conformidade com as atividades descritas na Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego - TEM, CBO-715610, CBO-724110, CBO-7152-30, CBO-7166-10, CBO-7244-40 e CBO-7711-05 respectivamente, cabendo à CONTRATADA verificar por intermédio do respectivo código CBO quais são as atividades elencadas referentes ao posto de serviço e enquadrá-lo corretamente nas condições de trabalho e ao piso salarial da categoria do profissional, devendo ser o posto qualificado e apto para executar as atividades ocupacionais requeridas neste Termo de Referência, bem como a contratação deve estar em concordância ao convencionado pelo sindicato da categoria ao qual a empresa está vinculada, consolidada em Convenção Coletiva de Trabalho - CCT, registrada no MTE.

14.1.2.1.3. Visando a confecção das planilhas referenciais da presente licitação, os salários das funções especificadas neste Termo de Referência tomarão como base a Convenção Coletiva do Trabalho registrada no MTE sob o nº PE000721/2024, com vigência até 30/04/2026, do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Pernambuco - SINDUSCON/PE, com Termo Aditivo e Registro no MTE: PE000600/2025.

14.1.2.1.4. Para os Postos Fixos, a serem considerados para o presente planejamento, foram considerados e equiparados às funções e salários da CCT relacionada no item anterior.

14.1.2.1.5. Como consideração para as especialidades para cada posto, como garantia da perfeita execução de serviços específicos e especializados que exigem qualificação, experiência e treinamentos, para atendimento às boas práticas de manutenção, serão considerados os seguintes requisitos:

§ **Eletricista predial** (CBO-715610) - com especialização / capacitação comprovada em curso de Eletricista predial, e Normas Regulamentadoras aplicáveis a função, em especial a NR-10\_Segurança em instalações e serviços em eletricidade. Possuir experiência mínima comprovada de 2 (dois) anos na função, na sua área de especialidade.

§ **Encanador** / Bombeiro hidráulico (CBO-724110) - com especialização / capacitação comprovada em curso de Encanador predial / Bombeiro hidráulico, e Normas Regulamentadoras aplicáveis a função. Possuir experiência mínima comprovada de 2 (dois) anos na função, na sua área de especialidade

§ **Pedreiro** (CBO-7152-30) - Possuir experiência mínima comprovada de 2 (dois) anos na execução de serviços de manutenção predial, na especialidade de pedreiro. Escolaridade mínima: ensino fundamental completo.

§ **Pintor** (CBO-7166-10) - Possuir experiência mínima comprovada de 2 (dois) anos na execução de serviços de manutenção predial, na especialidade de pintor. Escolaridade mínima: ensino fundamental

completo.

§ **Marceneiro** (CBO-7711-05) - Possuir experiência mínima comprovada de 2 (dois) anos na execução de serviços de manutenção predial, na especialidade de marceneiro. Escolaridade mínima: ensino fundamental completo.

§ **Serralheiro** (CBO-7244-40) - Possuir especialização / capacitação comprovada em curso de Serralheiro. Possuir experiência mínima comprovada de 2 (dois) anos na execução de serviços na especialidade de serralheiro. Escolaridade mínima: ensino fundamental completo.

§ **Auxiliares de Encanador, Eletricista e Geral** - Possuir experiência mínima comprovada de 6 (seis) meses na execução de serviços de manutenção predial e escolaridade mínima com ensino fundamental completo.

14.1.2.1.6. Os postos fixos de Eletricista (CBO-715610), Encanador (CBO-724110), Pedreiro (CBO-7152-30), Pintor (CBO-7166-10), Marceneiro (CBO-7711-05), Serralheiro (CBO-7244-40), Auxiliar de Eletricista (CBO\_7156\_15) e Geral (CBO\_5143-10), serão alocados no HSE, em razão de suas áreas, especificidades e estruturas físicas, e terá como principais atribuições as relacionadas a seguir, porém não exaustivas:

- 14.1.2.1.6.1. Identificar as instalações elétricas e hidrossanitárias de água, esgoto, água pluvial, contra incêndio, dutos de drenos do sistema de ar condicionado, mecânicas e de gases;
- 14.1.2.1.6.2. Realizar intervenções nas instalações elétricas e hidrossanitárias de água, esgoto, água pluvial, combate a incêndio, dutos de drenos do sistema de ar-condicionado sistemas de bombas hidráulicas e de combate a incêndio, equipamentos mecânicos;
- 14.1.2.1.6.3. Ler, interpretar e executar os projetos, relatórios de inspeção, planejamentos, documentos técnicos e o Plano de Manutenção Predial; fornecidos pela CONTRATADA ou pela CONTRATANTE, dentro de suas atribuições;
- 14.1.2.1.6.4. Identificar necessidade de reparos em materiais, acessórios e componentes no mobiliário, divisórias, portas e portões, paredes, pisos, estrutura, instalações elétricas e hidrossanitárias de água, esgoto, água pluvial, combate a incêndio, dutos de drenos do sistema de ar-condicionado, equipamentos mecânicos e gases;
- 14.1.2.1.6.5. Reparar e limpar os sistemas elétricos e hidrossanitários de água, esgoto, água pluvial, combate a incêndio, dutos de drenos do sistema de ar condicionado, equipamentos mecânicos e gases;
- 14.1.2.1.6.6. Montar, instalar e reparar circuitos elétricos de baixa tensão em geral;
- 14.1.2.1.6.7. Identificar necessidade de reparos, consertos ou substituição de peças de motores de bombas, quadros e comandos do sistema de recalque;
- 14.1.2.1.6.8. Avaliar e instalar equipamentos elétricos;
- 14.1.2.1.6.9. Realizar manutenção preventiva e corretiva das instalações elétricas, hidrossanitárias, dos mobiliários, divisórias, esquadrias, portas, shafts e etc.;
- 14.1.2.1.6.10. Operar o gerador obedecendo às normas de segurança existentes;
- 14.1.2.1.6.11. Realizar inspeções, diagnóstico e medições rotineiras com elaboração de relatórios na área de atribuição;

- 14.1.2.1.6.12. Zelar pela conservação e manutenção das ferramentas e demais equipamentos necessários à execução dos trabalhos;
- 14.1.2.1.6.13. Conhecer e utilizar todos os equipamentos de segurança do trabalho para a realização dos serviços;
- 14.1.2.1.6.14. Executar serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria, e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos;
- 14.1.2.1.6.15. Manutenir janelas, vidros, esquadrias, fachadas, recintos e acessórios;
- 14.1.2.1.6.16. Instalar e remanejar os circuitos elétricos, somente execução de passagem de canaletas, tubos, em auxílio ao técnico competente;
- 14.1.2.1.6.17. Montar e desmontar mobiliários, trocar e ajustar fechaduras;
- 14.1.2.1.6.18. Reparar mesas, cadeiras, gaveteiros, armários e estantes, bem como montar e desmontar divisórias para adequações de layout;
- 14.1.2.1.6.19. Regular portas, trocar molas, dobradiças, fixação de quadros e placas diversas;
- 14.1.2.1.6.20. Reparar e manter peças, telhas, pisos, calçadas, trincas, rasgos, revestimentos, pilaretes, paredes ou pintura, da infraestrutura predial ou após intervenções supracitadas;
- 14.1.2.1.6.21. Apresentar um relatório fotográfico semanal, discriminando as atividades realizadas;
- 14.1.2.1.6.22. Fornecer o Boletim de Medição até o quinto dia do mês subsequente;
- 14.1.2.1.6.23. Fornecer Memória de Cálculo até o quinto dia do mês subsequente;
- 14.1.2.1.6.24. Realizar outras atribuições inerentes às funções.
- 14.1.2.1.6.25. Após a emissão da Ordem de Serviço - OS, a CONTRATADA terá um prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para disponibilizar os POSTOS FIXOS solicitados na OS.
- 14.1.2.1.6.26. Deverá o profissional do Posto Fixo, juntamente com o Encarregado, elaborar o Diagnóstico de Manutenção Predial - DMP, quando demandado pela fiscalização da CONTRATANTE ou na periodicidade estabelecida no Plano de Manutenção Predial - PMP, relacionando os serviços e insumos necessários para execução do serviço, os quais deverão ser validados pela fiscalização da CONTRATANTE, momento em que será indicado pela fiscalização o prazo de execução do serviço.
- 14.1.2.1.6.27. As manutenções e verificações corretivas emergenciais serão realizadas na edificação, sempre que necessário, sem prejuízo da verificação periódica definida pela fiscalização contratual.
- 14.1.2.1.6.28. Está incluída nos serviços a execução de reparos e ajustes nas instalações visando a atender às necessidades de funcionamento específico a que venham surgir no decorrer do uso das edificações e seus sistemas, dentro da previsibilidade de rotina de manutenção predial e do posto fixo.
- 14.1.2.1.6.29. Visando a salvaguarda do Posto Fixo e a boa execução dos serviços, caberá ao Apoio Técnico da CONTRATADA avaliar o nível de complexidade dos serviços a serem executados pelo Posto Fixo e submeter à fiscalização da CONTRATANTE para validação, a fim de definir se as atribuições do profissional do posto são compatíveis a execução do serviço; em caso negativo, orientar pela substituição do serviço dentre os serviços eventuais.

## 14.1.2.2. APOIO TÉCNICO

14.1.2.2.1. A contratação da equipe de Apoio Técnico visa o atendimento das demandas de supervisão da equipe de trabalhadores dos postos fixos bem como representará a CONTRATADA na execução contratual.

14.1.2.2.2. Para a equipe de apoio foram previstos os seguintes profissionais: 14.1.2.2.2.1. Encarregado de manutenção (44 horas semanais) que, juntamente com o Engenheiro ou Arquiteto, será representante da CONTRATADA e fará parte da equipe residente bem como deverá comparecer diariamente ao HSE e acompanhar a realização de todos os serviços. Deverão ser comprovadas as qualificações a seguir:

- 2º grau completo, desejável curso técnico profissionalizante na sua área de atuação;
  - Experiência profissional mínima de 2 (dois) anos na função, comprovada por meio de carteira de trabalho ou outros documentos idôneos;
  - Experiência comprovada em construção OU reforma OU manutenção de edificações prediais;
  - Habilidade no uso de softwares MS Word e MS Excel, entre outros;
  - Conhecimento para ler e interpretar plantas técnicas de obras.
- 14.1.2.2.2.2. Engenheiro Civil ou Arquiteto (horista) que será, juntamente com o Encarregado, representante da CONTRATADA e responsável técnico por todos os serviços executados, e que terá sua qualificação exigida conforme **item 8.1.2** deste Termo de Referência.

14.1.2.2.3. Para o cargo de Engenheiro Civil foi considerado a especialidade e especificação profissional, estabelecido na tabela oficial SINAPI-Pernambuco.

§ Engenheiro Civil de Obra Junior (mensalista) - SINAPI – SI40811

## 14.1.2.3. FORNECIMENTO DE INSUMOS PARA USO PELA MÃO DE OBRA DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

14.1.2.3.1. O fornecimento de insumos foi previsto para atendimento ao uso exclusivo pelo posto fixo. As solicitações de insumos ficarão a cargo da fiscalização da CONTRATANTE de acordo com as necessidades apresentadas nos RIP's e DMP's. Os potenciais insumos necessários estão previstos no **Apêndice H do ETP**, tendo por referência a Tabela SINAPI Insumos\_SET/25-PE Desonerada. Todos os insumos a serem utilizados na contratação serão adquiridos considerando as especificações e custos unitários estabelecidos da Tabela Insumos - PE Desonerada (**Apêndice H do ETP**) e sobre este custo deverá ser aplicado o Desconto obrigatório, constante na proposta de preços apresentada pela CONTRATADA no certame licitatório, o qual deverá ser maior que 0 (zero), bem como os custos administrativos, lucro e tributos informados na mesma proposta, em conformidade com o previsto nos **itens 5.1.1 a 5.1.5** deste Termo de Referência.

14.1.2.3.2. Os insumos a serem fornecidos e pagos sob demanda NÃO podem incluir os mesmos materiais já incluídos na composição da mão de obra com dedicação exclusiva - **Apêndice C do ETP** (parcela referente a "ferramentas").

14.1.2.3.3. Todo o material fornecido deverá ser de qualidade garantida, de acordo com as normas técnicas vigentes e respeitando as especificações técnicas. Poderão ser utilizados produtos equivalentes aos especificados, desde que

de qualidade igual ou superior, previamente autorizados pela fiscalização da CONTRATANTE. Além disso, essa Fiscalização poderá exigir, quando houver dúvidas quanto à qualidade ou equivalência, a apresentação prévia de amostras dos materiais que serão utilizados, bem como de resultados de testes de composição, qualidade e resistência desses materiais, fornecidos por entidade de reconhecida idoneidade técnica. A obtenção de tais atestados será de responsabilidade da CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE.

14.1.2.3.4. A Ordem de Fornecimento - OF (**Anexo J**) deverá informar o Nível de Atendimento do fornecimento, sendo ele: A-**URGENTE**, B-**CRÍTICO** ou C-**NORMAL**.

14.1.2.3.5. Após a emissão da Ordem de Fornecimento, A CONTRATADA terá os seguintes prazos máximos para o fornecimento dos insumos, conforme o Nível de Atendimento, e contados da data e hora da emissão da Ordem de Fornecimento:

NÍVEL DE ATENDIMENTO		
Prazo máximo para fornecimento		
(contado da data e hora de emissão da OF)		
A	URGENTE	120 minutos
B	CRÍTICO	24 horas
C	NORAL	72 horas

14.1.2.3.6. Os insumos deverão ser entregues diretamente à fiscalização da CONTRATANTE, ou a outro servidor por este designado, para fins de conferência ao estabelecido na Ordem de Fornecimento - OF alinhado à Nota Fiscal original.

14.1.2.3.7. O pagamento dos insumos será efetuado mensalmente, em conjunto com o pagamento mensal dos demais serviços prestados, mediante apresentação da Relação de materiais utilizados, parte integrante do processo de pagamento.

14.1.2.3.8. Serão pagos apenas os insumos/materiais autorizados pelo fiscal do contrato e efetivamente utilizados, mediante atesto do fiscal da CONTRATADA..

14.1.2.3.9. Todos os insumos fornecidos pela CONTRATADA, que serão empregados nos serviços, deverão possuir, no mínimo, a garantia estabelecida pelo fabricante e as garantias estabelecidas pela legislação vigente.

14.1.2.3.10. Se julgar necessário, a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de informação, por escrito, dos locais de origem dos materiais ou de certificados de qualidade e ensaios, comprovando a qualidade dos insumos e equipamentos. Os ensaios e as verificações serão providenciados pela CONTRATADA e executados por laboratórios aprovados pela FISCALIZAÇÃO.

14.1.2.3.11. Materiais recusados pela FISCALIZAÇÃO não poderão ser armazenados no almoxarifado interno fornecido pela Administração.

14.1.2.3.12. Os materiais inflamáveis só poderão ser armazenados em áreas autorizadas pela FISCALIZAÇÃO, devendo a CONTRATADA providenciar para estas áreas os dispositivos de proteção contra incêndio determinados pelos órgãos competentes.

14.1.2.3.13. Para o fornecimento de materiais, no caso de não haver indicação de marca como padrões de referência deverão ser observados as marcas e os



modelos padronizados dos materiais instalados nas edificações da CONTRATANTE; ou, em não havendo mais no mercado (retirada de linha de fabricação ou outro motivo justificável) substituição por similar ou superior em qualidade.

14.1.2.3.14. Os insumos a serem adquiridos deverão obedecer aos seguintes critérios:

14.1.2.3.14.1.A CONTRATADA deve garantir, solidariamente, a qualidade dos insumos fornecidos;

14.1.2.3.14.2.Os insumos devem ser novos e sem uso prévio;

14.1.2.3.14.3.Será admitido o fornecimento de insumos equivalentes, de qualidade igual ou superior, desde que comprovada sua compatibilidade e qualidade e prévia autorização pela CONTRATANTE;

14.1.2.3.14.4.O controle da entrega, a guarda e o uso dos insumos será de responsabilidade da CONTRATADA sob supervisão da CONTRATANTE.

#### 14.1.2.4.DOS SERVIÇOS EVENTUAIS SOB DEMANDA

14.1.2.4.1. Os serviços eventuais sob demanda serão aqueles de maior complexidade técnico-operacional ou aqueles que extrapolem as atribuições da mão de obra de dedicação exclusiva; os quais deverão ser planejados em atendimento ao Plano de Manutenção Predial e que requeiram expertise ou capacidade operacional consolidados em Relatório de Inspeção Predial - RIP, realizados pela fiscalização da CONTRATANTE e demandados a CONTRATADA a partir de Ordens de Serviços - OS.

14.1.2.4.2. Após a elaboração dos Relatórios de Inspeção Predial - RIP, a CONTRATANTE definirá, a seu juízo de oportunidade e conveniência, um plano de ação para a execução das necessidades apresentadas.

14.1.2.4.3. A CONTRATANTE, em atendimento ao Plano de Manutenção Predial - PMP e dos RIP's, traçará a programação dos serviços eventuais de manutenção, a partir do nível de prioridades, e dentro da sua disponibilidade orçamentária.

14.1.2.4.3.1. A execução dos serviços para atendimento ao PMP e RIP's deverá ser supervisionada pela fiscalização da CONTRATANTE, com o registro das ações de manutenção Preventivas, Corretivas e Emergenciais.

14.1.2.4.3.2. Lembrando que, para realização dos serviços de manutenção predial sempre serão geradas Ordens de Serviço específicas, com orçamento prévio, de serviço e/ou de material, também aprovados pela fiscalização da CONTRATANTE.

14.1.2.4.4. Todos os serviços eventuais passíveis de ordem de serviço constam na relação do **Apêndice K do ETP**, tendo por referência a Tabela Serviços - PE Desonerada.

14.1.2.4.5. Sobre os custos dos serviços eventuais, obtidos conforme detalhados acima, deverão ser aplicados o desconto obrigatório, sendo esse maior que 0 (zero), obtido na disputa bem como os custos administrativos, lucro e tributos apresentados pela empresa contratada em conformidade com o previstos nos **itens 5.1.1 a 5.1.5** deste Termo.

14.1.2.4.6. A execução dos serviços eventuais sob demanda, deverão atender, no mínimo, ao planejamento do Plano de Manutenção Predial- PMP (**Apêndice B do ETP**).

14.1.2.4.7. A CONTRATANTE emitirá Ordem de Serviço – OS (**Anexo I**) para execução de qualquer demanda estabelecida em seu planejamento, e a CONTRATADA terá um prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para iniciar os serviços solicitados em cada Ordem de Serviço específica.

14.1.2.4.8. Os prazos para conclusão dos serviços serão determinados pela fiscalização da CONTRATANTE e apresentados no corpo de cada Ordem de Serviço. Quando, em função da realização de serviços, houver necessidade de desocupação ou de paralisação de alguma atividade da rotina hospitalar, sua execução ficará condicionada aos horários a serem estabelecidos pela Fiscalização da CONTRATANTE. A CONTRATADA deverá apresentar à Fiscalização da CONTRATANTE, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, a programação de trabalho que gere impacto na rotina hospitalar.

#### 14.1.2.5. SOFTWARE DE GERENCIAMENTO

14.1.2.5.1. A gestão das ações a serem executadas pela CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, ser executada com o auxílio de ferramenta de software de gestão de manutenção predial, sem custo adicional à CONTRATANTE.

14.1.2.5.2. Todas as Ordens de Serviço e Ordens de Fornecimento deverão ser registradas no software de gerenciamento.

14.1.2.5.3. Todo o histórico de manutenção deverá estar registrado na Ordem de Serviço incluindo minimamente:

§ Horas relativas à mão de obra de dedicação exclusiva (Equipe Operacional) e Equipe de Apoio, consumidas em cada serviço executado;

§ Quantitativos de Insumos consumidos para cada serviço executado;

§ Nome do técnico responsável pela execução da Ordem de Serviço;

§ Empresa que irá realizar o serviço em caso de manutenção externa (subcontratação de serviços especializados ou comodato ou garantia ou contrato de manutenção);

§ Planejamento aprovado em caso de Serviços eventuais;

§ Cópia da nota fiscal de insumos, equipamentos, ferramentas;

§ Termos de garantia, no caso de serviços especializados ou equipamentos adquiridos.

14.1.2.5.4. Os dados registrados no software são de propriedade da CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA, ao final do período contratual, exportar todos os dados em até 30 (trinta) dias úteis para serem entregues ao responsável do complexo.

14.1.2.5.5. A CONTRATADA não onerará a CONTRATANTE pelo uso do software de gerenciamento.

14.1.2.5.6. O software de gestão deve permitir a emissão de relatórios (em formato PDF e Excel editável) gerenciais dos serviços em execução e pendentes, das horas consumidas relativas a mão de obra de dedicação exclusiva (Equipe Operacional) e Equipe de Apoio, do histórico de consumo de insumos, dos serviços eventuais, serviços pendentes, serviços concluídos, serviços internos, serviços externos, entre outros.

14.1.2.5.7. Os indicadores indicados no IMR – Instrumento de Mediação de Resultados devem ser monitorados e terem os dados inseridos no software de gestão.

14.1.2.5.8. Os Diagnóstico de Manutenção Predial –DMP's e Relatórios de Inspeção Predial – RIP's devem ter os dados inseridos no software de gestão.

14.1.2.5.9. O CONTRATANTE deverá ter acesso a todos os dados e funcionalidades do Sistema Eletrônico de gestão da manutenção.

- 14.1.2.5.10. Deverá permitir o controle da execução das atividades de manutenção associando status a cada uma das OS's, tais como: Planejada, Pendente, Em execução, Executada.
- 14.1.2.5.11. As Ordens de Serviço poderão ser substituídas por um modelo digital desde que seja disponibilizado aos profissionais envolvidos e fiscais da CONTRATANTE dispositivos como tablet ou smartphone que permita acesso ao sistema de gestão da manutenção durante a execução da atividade, permitindo a visualização e preenchimento da OS durante a execução da atividade de manutenção.

## 15. EXECUÇÃO CONTRATUAL

15.1. Os serviços serão prestados nos seguintes locais:

15.2. HOSPITAL DOS SERVIDORES DO ESTADO - HSE - Av. Conselheiro Rosa e Silva, s/n, Espinheiro 52.020-020, Recife -PE. O início da execução contratual se dará nos prazos estabelecidos no **item 11** deste Termo.

15.3. Os serviços serão prestados por empregados da Contratada, sem qualquer vínculo empregatício com a Administração, em regime de terceirização ou empreitada de serviços, amparado pela legislação correlata e afim.

15.4. Os serviços a serem executados, objetos da presente contratação, deverão obedecer rigorosamente, entre outras:

- Às normas e especificações constantes do Termo de Referência;
- Às normas da ABNT;
- Às disposições legais da União e dos respectivos governos estaduais e municipais;
- Aos regulamentos das empresas concessionárias;
- Às prescrições e recomendações de fabricantes dos produtos;
- Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT..

15.5. A emissão da Nota Fiscal/Fatura em relação a cada etapa de execução prevista no cronograma físico-financeiro (**Anexo N deste TR**), devendo ser precedida do recebimento provisório e definitivo da respectiva etapa, nos termos abaixo:

15.5.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto em planejamento, a CONTRATADA apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

15.5.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, estiverem executados em sua totalidade.

15.5.3. A CONTRATADA também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

15.6. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização da CONTRATANTE após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.6.1. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários;

15.6.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em

consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

- 15.6.3. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 15.6.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela CONTRATADA não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.
- 15.6.5. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 15.6.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 15.6.7. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo às seguintes diretrizes:
  - Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
  - Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
  - Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.
- 15.6.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 15.6.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 15.6.10. O termo detalhado do recebimento provisório, com a análise das ocorrências registradas na execução do CONTRATO serão encaminhados ao gestor para fins de apuração dos descontos e glosas cabíveis na fatura correspondente, em virtude de serviços total ou parcialmente não executados ou, se for o caso, da pontuação obtida na avaliação da qualidade dos serviços em consonância com os indicadores previstos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

## 16. MEDIDAS DE SEGURANÇA

- 16.1.A execução dos serviços deverá ser realizada com a adoção de todas as medidas relativas à proteção dos trabalhadores, observando as leis em vigor e as respectivas Normas

Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

- 16.2. O uso de equipamentos de segurança como botas, capacetes, cintos de segurança (trabalhos em altura superior a 2,00 m), máscaras, uniforme com identificação da empresa etc. serão obrigatórios.
- 16.3. Todos os serviços deverão ser desenvolvidos em conformidade com as normas de segurança, observando-se a necessidade de minimizar os transtornos aos usuários do entorno da área de intervenção. Deverão ser adotadas todas as providências de segurança que sejam necessárias para garantia da integridade física e patrimonial de terceiros.
- 16.4. A CONTRATANTE não se responsabilizará por acidentes ou prejuízo a terceiros que porventura venham a ocorrer no local dos serviços.

## 17. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

- 17.1. Em observância à Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, faz-se necessário que as empresas contratadas adotem as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:
- Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
  - Adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada;
  - Atendimento a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
  - Fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
  - Realização de programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
  - Realização da separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber;
  - Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
- Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.
- 17.2. Nos termos do artigo 7º, inciso XI, da Lei 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, nas aquisições e contratações governamentais deve ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis, o que se aplica ao fornecimento de materiais pela contratada.

## 18. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 18.1. Os serviços a serem executados, objetos da presente contratação, deverão obedecer rigorosamente, entre outras:
- Às normas e especificações constantes do Termo de Referência;
  - Às normas da ABNT;

- Às disposições legais da União e dos respectivos governos estaduais e municipais;
- Aos regulamentos das empresas concessionárias;
- Às prescrições e recomendações de fabricantes dos produtos;
- Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT.

18.2. O Serviço de Manutenção Predial inclui suporte técnico, operação e manutenção, preventiva e corretiva dos sistemas, equipamentos, instalações prediais e componentes, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, instrumentos, uniformes e demais materiais necessários para execução dos serviços bem como a execução de serviços eventuais, todos de forma contínua.

18.3. A inexistência de descrição de quaisquer sistemas, componentes ou equipamentos existentes, ou a substituição/alteração de suas características, não exige a CONTRATADA da prestação dos serviços contratados com relação às partes ausentes/substituídas/alteradas, desde que estas sejam integrantes dos sistemas mantidos.

18.4. Os serviços estender-se-ão a novos sistemas e componentes que venham a ser acrescentados as edificações atuais, nas dependências do HSE, salvo quando comprovada a impossibilidade de cumprimento das demandas com as condições iniciais contratadas.

18.5. A Contratada deverá disponibilizar, durante a execução contratual, e sem custo para a Contratante, **software de gerenciamento** da manutenção predial, capaz de fornecer Relatórios com registro de solicitações, execução e entrega dos serviços e insumos; Relatórios de Medição bem como históricos e registros fotográficos de acompanhamento com a apresentação do “antes, durante e depois”.

18.6. Os serviços de manutenção abrangerão, no mínimo, aos tópicos e itens apresentados a seguir:

#### 18.6.1. Instalações hidrossanitárias

- Aparelhos sanitários, louças, metais e outros
- Caixas d'água, cisternas, caixas de inspeção e de gordura
- Colunas/barriletes e ramais
- Conexões
- Fornecimento e assentamento de tubos
- Fossas / Filtros / sumidouros
- Hidrômetro
- Pontos de água/esgoto
- Ralos/caixa sifonada
- Registros/válvulas
- Bombas que recalque, elevatórias, sucção e descargas
- Serviço de limpeza de reservatórios de água
- Serviços diversos

#### 18.6.2. Instalação elétrica e Iluminação externa

- Caixas
- Chaves em geral/fusíveis e conectores
- Conexões
- Eletrodutos /calhas para leito de cabos
- Fios/cabos
- Geradores
- Interruptor/tomada
- Luminária externa
- Luminária interna/bocal/lâmpadas
- Pontos de luz/tomadas /antena tv / campainhas / interruptores
- Poste de concreto

- Poste metálico
- Quadros/disjuntores
- Serviços diversos
- Sistemas de proteção/aterramento
- Transformadores
- Estabilizadores
- Subestação de média e alta tensão.

#### 18.6.3. Ligações prediais Água/Esgoto/Energia/Telefone

- Ligações diversas
- Ligações prediais de água
- Ligações prediais de águas pluviais
- Ligações prediais de energia
- Ligações prediais de esgoto
- Ligações prediais de telefone

#### 18.6.4. Paredes/Paineis/Portas

- Alvenaria de blocos de concreto
- Alvenaria de blocos de pedra com junta argamassada
- Alvenaria de blocos de vidro
- Alvenaria de cobogós
- Alvenaria de elementos vazados de concreto
- Alvenaria de tijolos cerâmicos
- Armários
- Balcões
- Divisórias / mármore / granito / marmorite / concreto / madeira / compensado / ...;
- Portas, portões, ferragens e fechaduras
- Parede Dry Wall

#### 18.6.5. Pinturas

- Pintura de parede
- Pintura em concreto aparente
- Pintura em madeira
- Pintura em telha
- Pintura imunizante
- Pintura para logotipo/sinalização
- Pintura para metal
- Pintura para piso
- Verniz / Resina / Pintura asfáltica

#### 18.6.6. Pisos

- Carpete
- Estrados de madeira
- Lastros (areia, brita, cascalho etc.)
- Piso cerâmico / porcelanato
- Piso cimentado
- Piso concreto
- Piso de alta resistência
- Piso de madeira

- Piso de mármore / granito
- Piso de pedra natural
- Piso elevado
- Piso em lajota
- Piso granilite / marmorite
- Piso vinílico / borracha
- Regularização de contra pisos e outras superfícies
- Rodapé cerâmico / porcelanato
- Rodapé de madeira
- Rodapé de mármore, granito, marmorite, granilite e outros
- Rodapé vinílico / borracha
- Rodapé/soleira metálica
- Soleira cerâmica / porcelanato
- Soleira de granilite, marmorite e outros
- Soleira de mármore/granito

#### 18.6.7. Revestimento e tratamento de superfícies

- Azulejo
- Chapim
- Chapisco
- Emboco
- Forro de gesso
- Forro de madeira
- Forro metálico / PVC / mineral
- Forro pacote
- Lambri para parede e forro
- Laminado para parede
- Mármore/granito para parede
- Pastilhas, cerâmicas, placas pré-moldadas e outros
- Peitoril cerâmico
- Peitoril de concreto
- Peitoril de mármore/granito
- Peitoril granilite/marmorite
- Reboco
- Restauro
- Revestimento de corrimão
- Revestimento térmico e/ou acústico;
- Impermeabilizações de paredes, lajes, rufos, calhas etc.

#### 18.6.8. Serviços operacionais

- Limpeza de calhas
- Limpeza de fachada
- Limpeza e serviço de jardinagem
- Limpeza de tubulações

#### 18.6.9. Instalações especiais



- Alarme
- Ar condicionado
- Automatização de portões
- Bombas para instalações prediais
- Circuito fechado de TV
- Exaustão mecânica
- Gás GLP
- Gás medicinal
- Instalações de Combate a Incêndio
- Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas
- Porteiro eletrônico / interfone;
- Letreiros, inclusive a comunicação visual.

#### 18.6.10. Carpintaria/Marcenaria

- Coberta
- Telhamento
- Móveis (manutenção)
- Estofamento
- Acessórios (manutenção)
- \* Quadros (manutenção)
- \* divisórias (manutenção)

18.6.11. Os serviços acima listados, no entanto, não são exaustivos.

## 19. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 19.1. As regras para fiscalização dos serviços estão descritas na minuta do contrato.
- 19.2. A designação do Fiscal e do Gestor do Contrato será informada no contrato, com assinatura dos servidores designados no Termo de Ciência que será anexo ao instrumento.
- 19.3. Para execução dos serviços eventuais, a contratada deverá apresentar até o início da execução do serviço, a relação dos profissionais que serão alocados na obra, referente à equipe que compõe a Administração Local e Manutenção do Canteiro, sem prejuízo quanto a indicação do profissional(is) habilitado(s) como responsável técnico no decorrer do processo licitatório.

## 20. DAS MEDIÇÕES

- 20.1. As medições serão executadas pelo fiscal do CONTRATO, acompanhado do representante da CONTRATADA, a partir de um mês da emissão da Ordem de Serviço e em intervalos de trinta dias a contar da primeira medição.
- 20.2. São passíveis de medição as unidades de serviços e fornecimentos efetivamente executadas, que atendam às especificações determinadas neste Termo e estejam concluídas integralmente, devendo o fiscal do contrato adentrar nas minúcias quantitativas de todos os serviços executados.
- 20.3. Todos os serviços deverão ser medidos através de Boletins de Medição, composto de Planilha de medição, Memória de cálculo, Relatório Mensal de Avaliação dos Serviços Executados e

Relatório fotográfico, demonstrando detalhadamente a metodologia utilizada para a aferição dos serviços executados, bem como, obrigatoriamente, a data de aferição/emissão, o período correspondente à realização dos serviços e as assinaturas do fiscal e gestor do contrato e de um representante da CONTRATADA.

- 20.4. Os preços dos serviços considerados na medição são os previamente definidos na planilha orçamentária CONTRATADA.
- 20.5. Deverá ser verificado pela fiscalização, no momento da elaboração do boletim de medição, se os serviços executados estão evoluindo conforme previsto no cronograma da empresa CONTRATADA, sob pena da aplicação das penalidades cabíveis devido a atrasos injustificados por parte da empresa CONTRATADA.
- 20.6. Considerar apenas como quantidades de serviços a serem medidas os serviços concluídos integralmente, ou seja, fornecimento e instalação, executados até o momento da elaboração da medição. Para os itens previstos na planilha orçamentária como fornecimento, os mesmos serão medidos quando esse fornecimento tiver sido devidamente realizado até o momento da elaboração da medição.
- 20.7. Os serviços executados e não aceitos pela Fiscalização, pelo motivo de não atenderem às especificações quanto à qualidade do material ou quanto à sua má execução, deverão ser refeitos dentro do prazo especificado pela Fiscalização.
- 20.8. Os itens referentes a tratamento, reciclagem, disposição de resíduos, serão incluídos na medição de pagamento dos serviços após a apresentação, pela CONTRATADA, do documento de "Certificado de Reciclagem e entulho" emitido pela empresa que executará o respectivo tratamento, reciclagem ou receberá o material para disposição do mesmo, acompanhado da respectiva nota fiscal. Neste documento deverá constar, entre outras informações, o tipo e a quantidade do material proveniente da obra que foi tratado, reciclado ou recebido para disposição final.

## 21. DOS PAGAMENTOS

- 21.1. Após a entrega da medição pela CONTRATADA, a Fiscalização terá prazo de 10 (dez) dias úteis para atestar e encaminhá-la à Superintendência de Manutenção do HSE para verificação e aprovação dos serviços/etapas executados e liberação para que a Fiscalização autorize a empresa CONTRATADA a emissão da Nota Fiscal.
- 21.2. Caso o boletim de medição seja reprovado pela Fiscalização, a CONTRATADA deverá apresentar nova medição no prazo 5 (cinco) dias úteis, decorrendo novo prazo de 10 (dez) dias úteis, após a sua reapresentação, para aprovação e liberação.
- 21.3. Os pagamentos dos serviços devem considerar as regras estabelecidas no Instrumento de Mediação de Resultados previsto no **item 26** deste Termo, levando-se em conta os indicadores estabelecidos e o modelo de Relatório Mensal de Avaliação dos Serviços Executados (**Anexo M**), e serão realizados após a aprovação das medições por parte da Fiscalização e Gestão do Contrato.
- 21.4. Somente após aprovado o boletim de medição, a CONTRATADA deverá emitir Nota Fiscal correspondente ao valor dos serviços atestados, destacando, na nota, o valor correspondente à mão-de-obra. A partir do atesto da Nota Fiscal por parte da Fiscalização e da Superintendência de Manutenção do HSE, o IASSEPE deverá pagar à CONTRATADA no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da liquidação da despesa.
- 21.5. Constituem condições para o pagamento da primeira parcela a comprovação de regularização da obra/serviço junto ao CREA-PE ou CAU-PE, a emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) referente à obra/serviço, a comprovação de inscrição no CNO junto à Receita Federal do Brasil e à prestação da garantia.
- 21.6. A conclusão da medição definitiva não exime a CONTRATADA de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

- 21.7. O desembolso máximo previsto para cada período será realizado conforme planejamento mensal financeiro acordado (**Anexo N**).
- 21.8. Quanto ao pagamento dos itens de Administração Local e Manutenção do Canteiro de Obras, caso conste na planilha de preços e no cronograma físico financeiro:
- 21.8.1. Somente serão atestados se constatada a produtividade com o faturamento de outros serviços da planilha, vedado o faturamento de forma isolada ou exclusiva de quaisquer destes dois itens, em conjunto ou separadamente.
- 21.8.2. O pagamento dos referidos itens será realizado proporcionalmente ao verificado na execução financeira realizada na obra, mantendo-se inalterado o valor total previsto.
- 21.9. Os pagamentos dos valores relativos à mobilização e desmobilização, quando houver, serão liberados pela Fiscalização, quando devidamente comprovadas as distâncias efetivamente percorridas pelos equipamentos/veículos a serem utilizados na obra, estando limitados aos valores máximos estabelecidos no orçamento.
- 21.10. Os serviços relativos à carga, descarga e transporte do material de disposição ou reciclagem só serão considerados na medição quando forem atendidas as condições definidas neste Termo de Referência. Quanto ao item de transporte deverá ser pago considerando a DMT efetivamente realizada tendo como limite máximo a DMT considerada no orçamento.
- 21.11. O valor da contratação resultante deste certame é estimado, não implicando em previsão de crédito em favor da CONTRATADA, que apenas terá direito ao pagamento pelos serviços efetivamente prestados e medidos.
- 21.12. A CONTRATADA deverá emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção de imposto de renda estabelecidas na instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, de acordo com as alíquotas constantes do Anexo I da referida Norma, ou em observância à norma que venha a substituí-la, sob pena de devolução do documento para as correções cabíveis ou de retenção no valor total do documento fiscal, caso não realizadas as correções, nos termos do art. 4º do decreto nº 55.069, de 25 de julho de 2023.
- 21.13. Quando não for possível verificar diretamente no CADFOR-PE, a regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA será comprovada mediante a apresentação das seguintes certidões:
- 21.13.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- 21.13.2. Certidões que comprovem a regularidade perante as fazendas Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- 21.13.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- 21.13.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

## 22. DOS REAJUSTES

### 22.1. Reajustes referentes a **Mão de obra de dedicação exclusiva** – Postos:

- 22.1.1. Os itens relativos à mão de obra, aos benefícios e aos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários serão reajustados no mesmo período e com base no valor ou percentual fixados nas normas coletivas de trabalho da respectiva categoria profissional, nos termos do art.2º, I, da Lei Estadual 17.555, de 2021.
- 22.1.2. Os itens relativos aos benefícios não previstos nas normas coletivas de trabalho e demais insumos considerados na composição do posto serão reajustados de acordo com a variação do IPCA, nos termos do Art. 1º, III, do Decreto Estadual nº52.153, de 2022 c/c com o Art. 2º, II, da Lei Estadual nº 17.555, de 2021, com anualidade contada a partir da data base da Composição de custos e formação de preços.

22.2. Reajustes referentes aos **Insumos** a serem utilizados pela mão de obra de dedicação exclusiva:

22.2.1. O valor referente aos INSUMOS será reajustado após 12 (doze) meses da data base do orçamento de referência de acordo com a variação do IPCA, nos termos do Art. 1º, III, do Decreto Estadual nº52.153, de 2022 c/c com o Art. 2º, II, da Lei Estadual nº 17.555, de 2021, com anualidade contada a partir da data base da Tabela de referência SINAPI Insumos PE.

22.3. Reajustes referentes aos **Serviços eventuais sob demanda**:

22.3.1. O contrato somente será reajustado após 12 (doze) meses da data base do orçamento de referência, de acordo com a variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC), fornecido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, e/ou por índices setoriais da construção civil, nos termos da Lei 14.133/2021, da Lei Estadual nº 17.555/2021 e do Decreto nº 52.153, de 17 de janeiro de 2022, de acordo com a fórmula abaixo:

$$R = [(I_1 - I_0) / I_0] \times V$$

Onde:

R = Reajuste

I1 = Índice apurado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, para reajustamento de Obras de Edificação, considerando o Índice Nacional da Construção Civil (INCC), relativo ao 12º mês da data base do orçamento de referência.

I0 = Índice apurado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, para reajustamento de Obras de Edificação, considerando o Índice Nacional da Construção Civil (INCC), relativo ao mês da data base do orçamento de referência.

V= Valor do item da planilha

22.4. Na hipótese de eventuais atrasos de responsabilidade da CONTRATADA, não incidirá reajuste sobre o período correspondente.

## **23 . DA GARANTIA DO PRODUTO/SERVIÇO: FABRICANTE, GARANTIA LEGAL OU GARANTIA CONVENCIONAL**

23.1. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato. (Art. 140, § 2º, da Lei nº 14.133/2021).

23.2. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados. (Art. 119 da Lei nº 14.133/2021).

23.3. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança, assim em razão dos materiais, como do solo. (Art. 618 da Lei nº 10.406/2002).

## **24. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

24.1. A CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia podendo optar por

caução, título de Capitalização, seguro garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação ou complementada em caso de acréscimo no valor do contrato.

- 24.2. No caso de seguro garantia, a comprovação deverá ser realizada até o momento da assinatura do contrato.
- 24.3. Para as demais modalidades, a comprovação deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato.
- 24.4. As demais disposições sobre o tema serão detalhadas na minuta do contrato, anexo do Edital do presente certame.

## 25. DO RECEBIMENTO DAS OBRAS E SERVIÇOS

- 25.1. A Contratante, através do responsável pelo acompanhamento e fiscalização do serviço, deverá providenciar Termo Circunstanciado de Recebimento Provisório, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da solicitação que lhe fizer o Contratado. Tal documento deverá ser firmado também pelo Contratado.
- 25.2. Efetuado o recebimento provisório, haverá um período de observação, de no máximo 90 (noventa) dias, para cumprimento do disposto no Art. 119 da Lei Federal nº 14.133/2021, se for o caso, quando então será procedido o recebimento definitivo.
- 25.3. Decorrido o prazo estabelecido no **item 25.2** e estando sanadas todas as pendências que, porventura, lhe forem formalmente comunicadas pelo Contratante, a CONTRATADA deverá formalizar ao Contratante, solicitação para recebimento definitivo do contrato.
- 25.4. A Comissão ou responsável pelo recebimento definitivo deverá apresentar seu relatório até 15 (quinze) dias da data da solicitação do Contratado.
- 25.5. Decorridos 15 (quinze) dias da data da solicitação que fizer o Contratado sem que haja manifestação da Contratante, a CONTRATADA estará desobrigada do cumprimento de solicitações complementares.
- 25.6. Ocorrendo à hipótese do item anterior, o serviço estará automaticamente recebido como definitivo e encerradas as responsabilidades contratuais da CONTRATADA.

## 26. DOS INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

- 26.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme **Anexo K deste TR**, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
  - 26.1.1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
  - 26.1.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 26.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 26.3. Durante a execução do objeto, o fiscal do Contrato deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 26.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará o modelo de Relatório Mensal de Avaliação dos Serviços Executados **Anexo M**.

- 26.5. O fiscal do Contrato poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 26.6. Nos termos do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme **Anexo K deste TR**, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:
- 26.6.1. Não produziu os resultados acordados;
- 26.6.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 26.6.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

## 27. DAS PENALIDADES

### 27.1. SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA FASE DE LICITAÇÃO

- 27.1.1. As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis durante a licitação e aquelas praticadas no período situado entre a adjudicação e a assinatura do instrumento contratual serão previstas no Edital do presente certame.

### 27.2. SANÇÕES A SEREM APLICADAS DURANTE A CONTRATAÇÃO

- 27.2.1. As penalidades relativas a infrações cometidas no curso da contratação serão devidamente consignadas na minuta do contrato, anexa ao Edital do presente certame.

## 28. DOS ANEXOS

- Anexo A – Estudo Técnico Preliminar
- Anexo B – Planilha referencial de preços
- Anexo C – Planilha editável de preços
- Anexo D – Composição dos Encargos Sociais
- Anexo E – Composição dos Custos Administrativos, Lucro e Tributos
- Anexo F – Declaração de Anuência
- Anexo G – Modelo de Relatórios de Inspeção Predial – RIP
- Anexo H – Modelo de Diagnóstico de Manutenção Predial – DMP
- Anexo I – Modelo de Ordem de serviço – OS
- Anexo J – Modelo de Ordem de fornecimento – OF
- Anexo K – Instrumento de Mediação de Resultados – IMR
- Anexo L – Modelo de Declaração de visita técnica
- Anexo M – Modelo de Relatório Mensal de Avaliação dos Serviços Executados
- Anexo N – Cronograma Físico-Financeiro

Data da assinatura eletrônica.

**FRANCIMILTON DOS SANTOS**  
Superintendente de Manutenção do HSE  
CREA-PE nº 182127964-6

**VIVIANY NOGUEIRA RAMOS GUEDES**  
Gerente de Manutenção do HSE  
CAU-PE nº A287415



Documento assinado eletronicamente por **Francimilton dos Santos**, em 09/12/2025, às 23:06, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Viviany Nogueira Ramos Guedes**, em 10/12/2025, às 08:15, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.pe.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **78190076** e o código CRC **5F237A42**.

**Referência:** Processo nº 0030308147.000261/2025-56

SEI nº 77995653

## **ERRATA**

**SEI 0030308147.000261/2025-56**

**Nº do documento: 78190076**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de **serviços de manutenção predial**, preventiva e corretiva, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de material, bem como serviços eventuais sob demanda, visando atender às necessidades do HOSPITAL DOS SERVIDORES DO ESTADO - HSE, nos termos da legislação vigente e do Documento de Formalização da Demanda presente nos autos, conforme as condições, especificações, quantidades e exigências contidas no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

Vimos apresentar **ERRATA** ao Termo de Referência do processo em comento.

### **ONDE SE LÊ:**

#### **6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1. As despesas decorrentes desta licitação serão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

**Fonte:**

**Unidade Orçamentária:**

**Unidade Geradora:**

**Programa:**

**Ação:**

**Elemento de Despesa:**

**Ficha Financeira:**

### **LEIA-SE:**

#### **6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1. As despesas decorrentes desta licitação serão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

**PE INTEGRADO:** 420202000072025000248

**SEI Nº: 0030308147.000261/2025-56**



**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 00303 - Instituto de Atenção a Saúde e Bem-estar dos Servidores do Estado de Pernambuco - **IASSEPE**

**UNIDADE GESTORA:** 420202 (SASSEPE)

**PROGRAMA DE TRABALHO:** 10.302.0141.0299.0000

**NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90

**FONTE DE RECURSO:** 0753

**VALOR DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** R\$ 10.075.193,56

**OBSERVAÇÃO:** Conforme documentos:

1. Declaração de Disponibilidade Orçamentária doc. 73381576.
2. Autorização da Despesa doc. 78716200.

### **ONDE SE LÊ:**

#### 10. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.1. Deverão ser observadas as disposições quanto a exigência de índices contábeis mínimos usuais constantes no edital de licitação.

10.2. Considerando que a base de cálculo é estimativa, a empresa licitante deverá comprovar que possui Patrimônio Líquido igual ou superior a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação.

10.3. Participação de consórcios:

10.3.1. Quando permitida a participação na licitação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, deve-se apresentar o somatório dos valores do Patrimônio Líquido dos consorciados, constituindo-se de um acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor exigido de licitante individual, não sendo tal acréscimo aplicável aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte.

### **LEIA-SE:**

#### 10. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.1. Além dos requisitos de qualificação econômico-financeira descritos no Edital da presente contratação, deverão ser observados os seguintes requisitos:

10.2. Deverão ser observadas as disposições quanto a exigência de índices contábeis mínimos usuais constantes no edital de licitação.

10.3. Considerando que a base de cálculo é estimativa, a empresa licitante deverá comprovar que possui Patrimônio Líquido igual ou superior a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação.

10.4. Participação de consórcios:

10.4.1. Quando permitida a participação na licitação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, deve-se apresentar o somatório dos valores do Patrimônio Líquido dos consorciados, constituindo-se de um acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor exigido de licitante individual, não sendo tal acréscimo aplicável aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte.

10.5. Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo

Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado correspondente aos itens 1 e 2 da Planilha Orçamentária (correspondentes a mão de obra com dedicação exclusiva).

**OBSERVAÇÃO:** Conforme documentos:

1. Declaração de Disponibilidade Orçamentária doc. 73381576.
2. Autorização da Despesa doc. 78716200.
3. Cadastro da Solicitação de Compras doc. 78511627.
4. Mapa Comparativo de Preço doc. 78511875.
5. Resumo da Solicitação de Compras doc. 78511995.

Data da assinatura eletrônica.

**FRANCIMILTON DOS SANTOS**  
Superintendente de Manutenção - SUMAN



Documento assinado eletronicamente por **Francimilton dos Santos**, em 18/12/2025, às 11:44, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.pe.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **78425297** e o código CRC **DEFC0931**.

## **ERRATA**

**SEI 0030308147.000261/2025-56**

**Nº do documento: 80628141**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de **serviços de manutenção predial**, preventiva e corretiva, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de material, bem como serviços eventuais sob demanda, visando atender às necessidades do HOSPITAL DOS SERVIDORES DO ESTADO - HSE, nos termos da legislação vigente e do Documento de Formalização da Demanda presente nos autos, conforme as condições, especificações, quantidades e exigências contidas no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

Vimos apresentar **ERRATA** ao Termo de Referência do processo em comento.

### **ONDE SE LÊ:**

#### **14.1.2.5. SOFTWARE DE GERENCIAMENTO**

14.1.2.5.1. A gestão das ações a serem executadas pela CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, ser executada com o auxílio de ferramenta de software de gestão de manutenção predial, sem custo adicional à CONTRATANTE.

### **LEIA-SE:**

#### **14.1.2.5. SOFTWARE DE GERENCIAMENTO**

14.1.2.5.1. A gestão das ações a serem executadas pela CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, ser executada com o auxílio de ferramenta de software de gestão de manutenção predial, sem custo adicional à CONTRATANTE. O prazo para implementação e treinamento no uso do software, após a assinatura do contrato, será de 30 dias, podendo ser prorrogado, por igual período, com anuência do gestor do contrato.

Data da assinatura eletrônica.

**FRANCIMILTON DOS SANTOS**  
Superintendente de Manutenção - SUMAN



Documento assinado eletronicamente por **Francimilton dos Santos**, em 30/01/2026, às 09:46, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.pe.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **80628141** e o código CRC **41A12B56**.